

Na literatura encontram-se conceitos e definições, sempre muito próximos, que falam de sua destinação:

Lazer é acolher as atividades coletivas da juventude, propiciar um espaço favorável às distrações, aos passeios ou aos jogos das horas de lazer.

Do ponto de vista das finanças públicas (Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999), na discriminação das despesas por funções, o tema “Lazer” aparece classificado desta forma:

Função nº 27 – Desporto e Lazer. Essa mesma função é dividida em três sub-funções, quais sejam: Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer.

Do ponto de vista tributário, documento do Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional – Portaria nº 180 (de 21 de maio de 2001) – Anexo I – Detalhamento das Naturezas de Receitas, na especificação do Código 1600.19.00 – Serviços Recreativos e Culturais, se refere a: Receita proporcionada pela exploração de instalações para recreação, prática desportiva e cultural: cinemas, teatros, salões para recitais, concertos, conferencias, planetários, estádios desportivos, autódromos, museus, bibliotecas, promoção e/ou produção de espetáculos artísticos culturais e esportivos.

10.6 Segurança

Segundo o IBGE, até 2001, para o atendimento da Segurança, o Município conta com a seguinte situação:

- Defesa Civil	Sim
- Guarda Municipal	Não
- Núcleo ou delegacia de mulheres	Não

Na consulta popular, realizada junto às escolas do Município (2003), a melhoria da segurança foi apontada como um dos principais anseios da população.

Em outras oportunidades de participação havidas, foram constatados os mais diversos tipos de reclamações, vindo, principalmente, de pais de alunos, que embora de maneira informal e até com certos receios em falar, apontaram a questão da insegurança junto às escolas, dando conta de que, em algumas situações é a causa principal do abandono de ensino, tornando esses equipamentos inadequado ao uso a que se destinam.

11.7 Ação Social

O aspecto das atividades de ação social, em Campo Largo, conta com os seguintes agrupamentos:

ASSISTÊNCIA SOCIAL – PREFEITURA

Centro de Convivência Familiar Durval Weber

Centro de Convivência Familiar Santa Rita

Centro de Convivência Familiar Rudolf Gonringer

Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social Humano

Projeto Bombeiro Mirim

Projeto Formando Cidadão

ASSISTÊNCIA SOCIAL – ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Associação Reviver

Ação Social Santa Cecília

Associação Erceana Campo Languense

Associação Lar dos Velhinhos de Campo Largo

Associação dos Pais, Professores e Amigos do Centro Municipal de Atendimento

Secretaria de Campo Largo
 Centro de Repouso dos Idosos
 Instituto da Guarda
 Secretaria
 Centro de Inteligência do Menor
 Instituto João XXII
 Instituto Movimento Recriação
 Instituto Portugal Castagnoli
 Instituto de Integração Cristã
 Instituto Municipal

10.8 Descentralização e Desconcentração Administrativa

A gestão pública dos municípios torna-se cada vez mais sobrecarregada pelos exigências constitucionais e assistências de população.

As necessidades básicas não podem deixar de ser atendidas e, obviamente, as receitas públicas não crescem na mesma proporção que os problemas vividos pela população.

Surge, portanto, a necessidade fundamental de que o Executivo Municipal crie conselhos, consultorias e mesmo deliberativos, que possam auxiliar a administração pública de forma mais eficiente e representando os anseios da população.

Assim para cada setor de importância relevante foram criados conselhos, conforme mostra a tabela:

Tabela 10.8-1: Conselhos Comunitários

INSTRUMENTOS DE GESTÃO			
CONSELHO	EXISTÊNCIA	REALIZAÇÃO REUNIÕES	PERIODICIDADE
1. De ASSISTÊNCIA SOCIAL	Sim	Sim	Mensal
2. Da CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Sim	Sim	Mensal
3. Da CULTURA	Não	Não	-x-
4. Do EMPREGO E TRABALHO	Sim	Sim	Mensal
5. De DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Não	Não	-x-
6. De DESENVOLVIMENTO URBANO	Não	Não	-x-
7. Da EDUCAÇÃO	Sim	Não	-x-
8. Da HABITAÇÃO	Não	Não	Não
9. Do MEIO AMBIENTE	Sim	Sim	Mensal
10. Do ORÇAMENTO	Não	Não	-x-
11. Da SAÚDE	Sim	Sim	Mensal
12. Do TRANSPORTE	Sim	Sim	Irregular
13. Do TURISMO	Sim	Não	-x-
14. Outros de POLÍTICAS SETORIAIS	Sim	Não Inform.	-x-
15. Administração distrital ou região administrativa	Sim	Não Inform	-x-
16. Subprefeituras	Sim	Não Inform.	-x-

Fonte: IBGE – 2001

10.9 Considerações a respeito do IDH-M

O conceito de desenvolvimento humano de países é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente pelas Nações Unidas, e também do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

O Índice de desenvolvimento humano (IDH), foi criado a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita), e com as devidas adaptações também é utilizado para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios no Brasil. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDH-M) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. No tocante à educação, o cálculo do IDH-M considera dois indicadores, com pesos

...diferentes: a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade, com peso 2, e a taxa bruta de frequência à escola, com peso 1. O primeiro indicador resulta da seguinte divisão: o número de pessoas do município com mais de 15 anos de idade capazes de ler e escrever um bilhete simples (ou seja, adultos alfabetizados) dividido pelo número de pessoas com mais de 15 anos de idade residentes no município. O segundo indicador resulta de uma conta simples: o número de indivíduos do município que estão freqüentando a escola, independentemente da idade, dividido pela população da localidade na faixa etária de 7 a 22 anos de idade.

Com relação à longevidade, o IDH-M leva em conta o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade, no ano de referência, deve viver, ou seja, a expectativa de vida no município referente a esse ano. Para a avaliação da renda, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município.

Escolhidos os indicadores, são calculados os sub-índices específicos de cada um dos três parâmetros analisados: IDHM-E, para a educação, IDHM-L, para a longevidade, e IDHM-R, para a renda. O IDH-M de cada município é a média aritmética desses três subíndices.

As tabelas 10.9-1 e 10.9-2 apresentam os valores e evolução dos do IDH-M e seus sub-índices relativos ao município de Campo Largo para os levantamentos de 1991 e 2000. Para efeito de comparação, são ainda apresentados os valores referentes a municípios selecionados da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), além do valor do IDH-M para a totalidade da RMC. É importante ressaltar que segundo informa o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2003 publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a RMC ocupou nos levantamentos de 1991 e 2000 a 10ª posição no Ranking do IDH-M das Regiões Metropolitanas no Brasil, enquanto que o Município de Curitiba, ocupou no levantamento de 2000 a 16ª posição no ranking do IDH-M para todas as cidades brasileiras, ficando o Município de Campo Largo na 1200ª posição, sendo que no levantamento de 1991 ocupava a 364ª posição.

Tabela 10.9.1 Valores para IDHM e IDHM-Renda, HMC e municípios selecionados da HMC – Levantamentos de 1991 e 2000

MUNICÍPIO	IDHM				IDHM-Renda			Posição nacional ranking 2000
	1991	2000	Cresc. relativo (1999 - 2000)	Posição nacional ranking 2000	1991	2000	Cresc. relativo (1999 - 2000)	
Curitiba	0,799	0,856	6,7%	16 ^a	0,793	0,846	6,3%	11 ^a
Pinhais	0,727	0,815	10,8%	300 ^a	0,672	0,721	6,8%	56 ^a
Araucária	0,715	0,801	10,7%	500 ^a	0,646	0,689	6,2%	118 ^a
S. J. dos Pinhais	0,729	0,796	8,4%	657 ^a	0,682	0,731	6,7%	44 ^a
Campo Largo	0,711	0,774	8,1%	1200^a	0,649	0,706	8,1%	81^a
Quatro Barras	0,703	0,774	9,2%	1217 ^a	0,673	0,722	6,8%	56 ^a
Colombo	0,691	0,764	9,6%	1477 ^a	0,641	0,685	6,4%	131 ^a
Faz. Rio Grande	0,716	0,763	6,2%	1503 ^a	0,635	0,652	2,6%	206 ^a
Piraquara	0,706	0,744		2049 ^a	0,655	0,664		181 ^a
Alm. Tamandaré	0,667	0,728	8,4%	2462 ^a	0,611	0,655	6,7%	201 ^a
Região Metropolitana de Curitiba	0,763	0,824	7,4%	10 ^a (ranking regiões metrop.)	-	-	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2003 ; PNUD/IPEA, (dados reorganizados)

Tabela 10.9.2 Valores para IDHM-Longevidade e IDHM-Educação, FIMC e municípios selecionados da FIMC – Levantamentos do 1991 e 2000

MUNICÍPIO	IDHM-Longevidade				IDHM-Educação			
	1991	2000	Cresc. relativo (1999-2000)	Posição nacional ranking 2000	1991	2000	Cresc. Relativo (1999-2000)	Posição. Nacional ranking 2000
Curitiba	0,728	0,776	6,2%	1307 ^a	0,875	0,946	7,5%	15 ^a
Pinhais	0,697	0,822	15,2%	428 ^a	0,811	0,902	10,1%	307 ^a
Araucária	0,702	0,813	13,7%	562 ^a	0,796	0,901	11,7%	322 ^a
S. J. dos Pinhais	0,694	0,764	9,2%	1594 ^a	0,810	0,893	9,3%	468 ^a
Campo Largo	0,704	0,737	4,5%	2306 ^a	0,780	0,880	11,4%	719 ^a
Quatro Barras	0,644	0,714	9,8%	2914 ^a	0,793	0,887	10,6%	577 ^a
Colombo	0,651	0,738	11,8%	2288 ^a	0,781	0,870	10,2%	938 ^a
Faz. Rio Grande	0,717	0,762	5,9%	1678 ^a	0,795	0,875	9,1%	821 ^a
Piraquara	0,684	0,708	3,4%	3065 ^a	0,780	0,859	9,2%	1201 ^a
Alm. Tamandaré	0,644	0,685	6,0%	3609 ^a	0,747	0,845	11,6%	1590 ^a
Região Metropolitana de Curitiba	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2003 ; PNUD/IPEA

(dados reorganizados)

A análise dos dados apresentados revela que em termos de valor absoluto e evolução dos índices, os números de Campo Largo acompanharam de certa forma os valores medianos para demais municípios considerados da RMC. Merece todavia destaque a positiva evolução do IDHM-Educação para o município: apesar de ocupar a 1200ª posição no ranking do IDH-M, no levantamento de 2000 o município melhorou o IDHM-Educação em 11,4% em relação a 1991, posicionou-se em 719ª no ranking do índice ligado à educação. No tocante ao IDHM-Longevidade, verifica-se que o valor relativamente baixo para este índice, dada a baixa expectativa de vida observada para Campo Largo e pequena evolução do índice entre 1991 e 2000 (4,5%), impactou negativamente sobre o valor do IDH-M do município que logrou a 1200ª posição no ranking nacional, sendo que pelos critérios de Renda e Educação isoladamente o município ocuparia a 814ª e 719ª respectivamente.

Conclui-se que do ponto de vista sócio-econômico, a análise dos sub-índices do IDH-M para o Município de Campo Largo evidencia a relativa carência qualitativa em termos de saúde, assistência e emprego (renda), ainda que significativos avanços tenham sido feitos nestas áreas e, com destaque, na área de educação ao longo dos últimos 10 anos.

11. ASPECTOS ECONÔMICOS

ASPECTOS ECONÔMICOS

A estrutura econômica é analisada a partir do ordenamento da distribuição do valor adicionado (em R\$), por setor de produção da PIB, o setor primário, o setor secundário e o setor terciário, sendo que o o setor terciário é considerado o setor econômico mais desenvolvido.

O setor de maior desenvolvimento no município é o setor secundário, seguido pelo setor terciário, com os setores, respectivamente, de produção dos alimentos de origem da produção, conforme demonstrado no Gráfico 11.4.

Gráfico 11.4 Distribuição da Produção Econômica por Setor

Setor	Valor (R\$)	%
Primário	9.552.407,32	0,34
Secundário	2.454.252,00	90,18
Terciário	1.661.255,24	29,47
Quaternário	220.770,00	0,81
Total	4.908.684,56	100,00

Fonte: IBGE, 2012.

Nota: Dados referentes à revalorização pelo fator

11. ASPECTOS ECONÔMICOS

11. ASPECTOS ECONÔMICOS

A atividade econômica é analisada a partir do ordenamento da distribuição do valor adicionado (em R\$), por setor de produção, ou seja: o setor primário, o setor secundário e o setor terciário, sendo que é a partir dessa classificação que os estudos econômicos são realizados.

O setor de maior representatividade no Município é o setor secundário, seguido pelo setor terciário, que concentram, respectivamente, os percentuais mais elevados de geração de produtos, conforme demonstrados na tabela 11-1.

Tabela 11-1: Distribuição da Atividade Econômica por Setor

Setor	Valor (R\$)	%
Primário	3.727.409,00	0,81
Secundário	319.451.452,00	69,12
Terciário	138.050.933,00	29,87
Recursos/Autos	950.276,00	0,21
Produto Total	462.180.070,00	100,00

Fonte: SEFA 2000

Nota: Dados sujeitos a reavaliações pela fonte.

11.1 Descrição dos Setores Econômicos

a) Setor Primário

Aqui são consideradas as atividades agropecuárias as que decorrem da produção ou exploração vegetal ou animal e classificadas como:

- a) Agricultura – cultivo do solo inclusive hortaliças e flores;
- b) Pecuária – criação, recriação ou engorda de gado e de animais de pequeno porte;
- c) Agronegócios – Atividades de beneficiamento ou transformação de produtos agropecuários em instalações existentes nos próprios estabelecimentos. Excetuam-se as usinas de açúcar, fábricas de polpa de madeira, serrarias e unidades industriais com produção licenciada, que são classificadas como industriais.

Produção Agrícola

De acordo com os dados da Secretaria Estadual de Abastecimento, a agricultura do município de Campo Largo se destaca, primeiramente, pelo cultivo de milho e feijão, seguidos pela cultura de cebola e batata; sendo que o cultivo desta última, que foi mais intenso no passado, vem diminuindo gradativamente. Em relação à soja a produção é ainda incipiente. Dados da produção agrícola dos anos 1999/2000 são apresentados na tabela 11.1-1:

Tabela 11.1-1: Produção Agrícola Anual – Anos 1999/2000.

Cultura	Área colhida (ha)	Rendimento Médio (kg/ha)	Produção Total (Ton)
Arroz	160	1.363	218
Cana-de-açúcar	30	30.000	900
Feijão	6.400	957	6.127
Milho	16.300	2.890	47.107
Mandioca	140	12.600	1.764
Soja	200	2.250	450
Trigo	50	1.660	83
Laranja	15	99.467	1.492
Pêssego	35	57.143	2.000
Uva	35	7.629	267
Batata doce	5	12.000	60
Cebola	530	11.800	6.254
Tomate	12	41.333	496
Abacaxi	12	42.000	504
Alho	1	2.000	2
Batata inglesa	3.380	14.635	49.467
Erva-mate	42	7.143	300
Maçã	29	103.000	2.987
Tangerina	35	72.000	2.520

Fonte: SEAB 1999/2000.

Na área da fruticultura a produção de mais destaque é a de maçã e a de pêssego, existindo, em menor proporção, a de uva, utilizada na fabricação de vinho.

Em relação ao cultivo de produtos por processo orgânico, as hortaliças se destacam no mercado dentro do Município.

Produção Extrativa Vegetal

A produção extrativa vegetal de Campo Largo, em 1999/2000, se deu da seguinte forma:

A tabela 11.1-2 apresenta dados referentes à produção extrativa vegetal no município em 199/2000.

Tabela 11.1-2: Produção Extrativa Vegetal

Variável	Quantidade	Valor (em R\$)
Erva mate	196 Ton	118.000.00
Madeira/carvão veg.	2.400 Ton	1.080.000.00
Madeiras - lenha	48.000 m ³	120.000.00
Madeiras - em tora	19.000 m ³	152.000.00

Fonte: IBGE 1999/2000.

Nota: Dados estimados.

Produção Pecuária

A produção pecuária exerce um papel de grande importância no setor primário do Município. Neste setor, se destacam a criação de aves, de suínos e de bovinos, sendo que dentre os últimos o gado de corte predomina.

Tabela 11.1-3: Produção Pecuária Anual

Variável	Efetivo (ud)
Bovinos	11.000
Vacas Ordenhadas	2.080
Bubalinos	80
Caprinos	500
Eqüinos	8.300
Muare	900
Ovinos	4.700
Ovinos Tosquiados	2.300
Suínos	29.800
Suínos comuns	1.200
Coelhos	1.200
Galinhas	32.000
Galos, Frangos, Frangas, Pintos...	125.000
Codornas	24.000
Asininos	50

Fonte: SEAB - 2000

Produtos Derivados de Origem Animal

A produção de origem animal dos anos 1999 e 2000, destacou os seguintes produtos:

Tabela 11.1-4: Produção de Origem Animal

Varlável	Quantidade
Lã	10.000 kg
Leite	6.880.000 l
Mel de Abelha	54.000 kg
Ovos de Galinha	464.000 dz
Ovos de Codorna	65.000 dz

Fonte: SEAB - 2000

Obs.: kg = quilograma

dz = dúzias

Atividades Econômicas do Setor Primário

Tabela 11.1-5: Quadro dos Estabelecimentos e Empregados do Setor Primário

Variável	Estabelecimentos	Empregados
Agricultura, Silvicultura e Criação de Animais	51	229

Fonte: MTB/1998

Setor Secundário

O setor secundário é o setor com maior valor adicionado no Município. Isso mostra que a questão da industrialização já atingiu um estágio relativamente desenvolvido e diversificado. Todavia, percebe-se que em certos ramos das atividades industrial existem inúmeros espaços não ocupados pela atividade industrial. Consideramos importante um estudo específico para se averiguar a possibilidade dessas inclusões no Município.

Tabela 11.1-6: Atividades Econômicas do Setor Secundário

Variável	Estabelecimentos (ud)	Empregados (ud)
1. Indústria extrativa mineral	23	360
2. Indústria de transformação	-	-
3. Indústria mecânica	6	57
4. Indústria de material de transporte	-	-
5. Indústria química	-	-
6. Indústria de produtos farmacêuticos e veterinários	-	-
7. Indústria de produtos alimentares	50	773
8. Indústria editorial e gráfica	19	462
9. Outras indústrias de transformação:		
Indústria madeireira e do mobiliário	67	529
Indústria da borracha, fumo, couros e similares	10	69
Indústria têxtil e vestuário	19	401
Indústria metalúrgica	24	278
Total	218	2.929

Fonte: MTB/1998

Setor Terciário

O setor terciário possui reconhecida importância na questão de geração de empregos e postos de trabalhos. No município de Campo Largo, além do que este setor representa em termos fiscais, é igualmente importante pela questão da absorção de mão-de-obra local, como demonstrado na tabela que segue:

Tabela 11.1-7: Atividades Econômicas do Setor Terciário

Variável	Estabelecimentos	Empregados
Construção civil	49	275
Comércio varejista	389	1.793
Comércio atacadista	75	365
Auxiliar de atividades econômicas	83	261
Transporte e comunicações	93	1.006
Serviços	99	2.554
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	35	130
Ensino	18	242
Administração pública direta e indireta	5	1.774
Atividade Econômica Total	846	8.402

Fonte: MTB/1998

De forma geral, a conjuntura atual do Brasil não está favorável à questão do emprego e renda da população do país, pois há relativa estagnação em diversos setores da nossa economia e isso vem causando, já de longo tempo, grande preocupação.

Na aferição de dados dos setores econômicos do Município é fácil perceber que é grande a concentração de população economicamente ativa no setor terciário, setor este, atualmente frágil pelas instabilidades econômicas, como também pela fragilidade do sistema de proteção das relações de trabalho, devido às dúvidas que pairam sobre as reformas trabalhistas. Isso requer da municipalidade, uma vigilância

constante no desenvolvimento da economia, a fim de se evitar um alto grau de dependência e desatendimento por parte da população.

11.2 Apoio Técnico e Incentivos

No aspecto de apoio técnico e de incentivos o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, de âmbito nacional, utiliza como critério de classificação o porte de cada empresa, medido pelo número de funcionários nos moldes da tabela abaixo.

Tabela 11.2-1: Critério de classificação do porte das empresas por setor.

SETOR	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE
Indústria	De 0 a 20	De 21 a 100	De 101 a 500	Mais de 500
Comércio e Serviços	De 0 a 10	De 11 a 50	De 51 a 250	Mais de 250

Fonte: SEBRAE

A Prefeitura Municipal de Campo Largo, não mantém um serviço próprio de estatística, que contemple essa classificação e por isso se utilizam os dados disponibilizados por outros órgãos oficiais ou de profissionais da área. Assim, foi utilizado o banco de dados do Censo Econômico do ano 2002, realizado pela ADICLA – Associação Comercial e Industrial de Campo Largo, com o apoio da FUNDAÇÃO BRASIL, que apresenta o perfil econômico do Município.

Atividade	Empresas	Empregados
Indústria e Construção	1.200	10.000
Comércio e Serviços	450	10.000
TOTAL	1.650	20.000

11.3. Censo Econômico de Campo Largo

Esse trabalho técnico catalogou 2.310 empresas e, dentre as informações processadas, a classificação por porte das empresas é apresentada a seguir:

Tabela 11.3-1: Número de empresas existentes por setor de economia.

SETOR	EMPRESAS	% RELATIVO
Indústria	276	11,9
Comércio	1.046	45,3
Serviços	988	42,8
TOTAL	2.310	100,0

Tabela 11.3-2: Número de empresas existentes por forma de atuação.

FORMA DE ATUAÇÃO	EMPRESAS	% RELATIVO
Empresa pública	115	5,0
Empresa de iniciativa privada	2.195	95,0
TOTAL	2.310	100,0

Tabela 11.3-3: Número de empresas de acordo com a formalidade.

FORMALIDADE	EMPRESAS	% RELATIVO
Empresa Formal (registrada)	1.831	79,3
Empresa Informal (sem registro)	479	20,7
TOTAL	2.310	100,0

Tabela 11.3-4: Número de empresas de acordo com o porte.

PORTE	EMPRESAS	% RELATIVO
Micro	2.099	90,9
Pequena	182	7,9
Média	24	1,0
Grande	5	0,2
TOTAL	2.310	100,0

Tabela 11.3-5: Número de empresas de acordo com a finalidade.

FINALIDADE	EMPRESAS	% RELATIVO
Com fins lucrativos	2.079	90,0
Sem fins lucrativos	231	10,0
TOTAL	2.310	100,0

Tabela 11.3-6: Número de empresas de acordo com o ano de fundação.

ANO DE FUNDAÇÃO	EMPRESAS	% RELATIVO
Antes de 1980	197	11,8
De 1980 a 1984	103	6,2
De 1985 a 1989	123	7,4
De 1990 a 1994	239	14,3
De 1995 a 1999	416	24,8
Em 2000	123	7,4
Em 2001	158	9,5
Em 2002	312	18,6
TOTAL	1.671	100,0

Segundo o Censo Econômico, 639 empresas não souberam ou não informaram o ano de fundação. A média de empresas abertas por ano, se calculado com a data superior ao ano de 1980, fica em torno de 67 empresas/ano. Se esse cálculo for aplicado somente nos últimos 3 anos a média de surgimento de novas empresas sobe para 198 empresas/ano.

Cabe ressaltar, entretanto, que o censo não informou a respeito da existência e encerramento das empresas e nem a respeito do número de empresas que receberam incentivo para o seu estabelecimento.

Tabela 11.3-7: Indústrias por Ramo de Atividade e Quantidade de Funcionários

Ramo de Atividade	N.º de Empresas	% Relativo	N.º de Funcionários	% Rel.
Móveis em madeira	37	13,41	413	5,45
Pães, bolos, equivalentes industrializados	34	12,32	243	3,20
Produtos cerâmicos não-refratários para usos diversos	17	6,16	1772	23,37
Esquadrias de metal	15	5,43	82	1,08
Edição e impressão de outros produtos gráficos	10	3,62	219	2,89
Estruturas pré moldadas de concreto armado em série ou sob encomenda	8	2,90	108	1,42
Fubá, farinha e outros derivados do milho, exceto óleo	8	2,90	64	0,84
Embalagem de plástico	6	2,17	160	2,11
Serraria com desdobramento de madeira	6	2,17	57	0,75
Artefatos diversos de madeira, palha, cortiça, e material trançado, exclusive móveis	6	2,17	27	0,36
Confeção de outras peças de vestuário exclusive sob medida	6	2,17	16	0,21
Extração de calcário/dolomita e beneficiamento associado	4	1,45	124	1,64
Artefato de tanoaria e embalagens de madeira	4	1,45	88	1,16
Recondicionamento pneumático	4	1,45	36	0,47
Adesivos e selantes	4	1,45	24	0,32
Artefatos de cimento para uso no construção civil	4	1,45	16	0,21

Ramo de Atividade	N.º de Empresas	% Relativo	N.º de Funcionários	% Rel.
Peças de serralheria, exclusive industriais	4	1,45	12	0,16
Produtos de padaria, confeitaria, e pastelaria, exclusive industrializados	4	1,45	5	0,07
Peças fundidas de ferro e aço	3	1,09	141	1,86
Extração e britamento de pedras e de outros materiais para construção não especificados anteriormente e seu beneficiamento	3	1,09	62	0,82
Estruturas metálicas para edifícios, pontes, torres de transmissão, andaimes, e outros fins	3	1,09	49	0,65
Matte de suínos e preparação de carnes e subprodutos	3	1,09	33	0,44
Acabados e pisos	2	0,72	950	12,53
Material elétrico para instalação em circuitos de consumo	2	0,72	810	10,68
Madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada ou aglomerada	2	0,72	150	1,98
Máquinas para indústria metalúrgica, exclusive máquinas-ferramenta	2	0,72	112	1,48
Vinho	2	0,72	75	0,99
Produtos diversos	2	0,72	71	0,94
Móveis com predominância de metal	2	0,72	55	0,73
Preparação do leite	2	0,72	36	0,47
Ferramentas manuais	2	0,72	36	0,47
Acabamentos de placas e execução em mármore, granitos, ardósia e outras pedras, exclusive para construção	2	0,72	22	0,29
Outros equipamentos de transporte	2	0,72	18	0,24
Ferro, aço, ferro-ligas em formas primárias e semi-acabados	2	0,72	17	0,22
Esquadrias de madeira, veneziana e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	2	0,72	12	0,16
Aparelhamento de pedras para	2	0,72	11	0,15

Ramo de Atividade	N.º de Empresas	% Relativo	N.º de Funcionários	% Rel.
Impressão de jornais	2	0,72	10	0,13
Impressão de roupas profissionais	2	0,72	9	0,12
Impressão de cerâmica ou barro cozido na indústria	2	0,72	5	0,07
Impressão de metal e artigos de metal para uso doméstico	2	0,72	5	0,07
Impressão de peças interiores do motor	2	0,72	5	0,07
Impressão de vidro	2	0,72	4	0,05
Impressão de acessórios para o sistema motor	2	0,72	2	0,03
Impressão de fios e filamentos contínuos sintéticos	1	0,36	430	5,67
Impressão de alimentos de origem vegetal	1	0,36	402	5,30
Impressão, moagem e preparação de alimentos de origem vegetal	1	0,36	120	1,58
Impressão, reparação e manutenção de máquinas e equipamentos de uso doméstico	1	0,36	60	0,79
Impressão de acessórios de metal para motores automotores não-classificados	1	0,36	50	0,66
Impressão de estações e redes de comunicação	1	0,36	50	0,66
Impressão de cal hidratada e gesso	1	0,36	40	0,53
Impressão de motor para automóveis, motocicletas e utilitários	1	0,36	30	0,40
Impressão de alopáticos para uso doméstico	1	0,36	25	0,33
Impressão de aparelhos ou equipamentos	1	0,36	23	0,30
Impressão de joalheria e ourivesaria	1	0,36	21	0,28
Impressão de carrocerias e reboques para caminhões	1	0,36	20	0,26
Impressão de utensílios para sinalização e segurança	1	0,36	14	0,18
Impressão de sabão e beneficiamento	1	0,36	12	0,16

Ramo de Atividade	N.º de Empresas	% Relativo	N.º de Funcionários	% Rel.
Bolsas, valises e artefatos de qualquer material	1	0,36	11	0,15
Utensílios para uso médico, hospitalar e odontológico	1	0,36	10	0,13
Preparação de carne, banha e produtos de açaccharia, não associadas ao abate	1	0,36	8	0,11
Indústria industrial não identificada na descrição do CNAE	1	0,36	8	0,11
Refino de petróleo	1	0,36	7	0,09
Indústria de produtos alimentícios	1	0,36	7	0,09
Beneficiamento e moagem do café	1	0,36	7	0,09
Indústria de produtos trefilados de ferro e aço e metais não-ferrosos	1	0,36	7	0,09
Indústria de artefatos de concreto, cimento, gesso e estuque	1	0,36	6	0,08
Indústria de artigos de carpintaria	1	0,36	6	0,08
Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	1	0,36	6	0,08
Luminárias e equipamentos de iluminação, exclusive para veículos	1	0,36	6	0,08
Extração e beneficiamento de argila	1	0,36	4	0,05
Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente	1	0,36	4	0,05
Metalurgia do alumínio e suas ligas	1	0,36	4	0,05
Fabricação, retificação, homogeneização e mistura de outras aguardentes e bebidas destiladas	1	0,36	4	0,05
Processamento, preservação e produção de conservas de frutas	1	0,36	3	0,04
Confeção de outras peças de vestuário, sob medida	1	0,36	2	0,03
Processamento, preservação e produção de conservas de legumes e vegetais	1	0,36	2	0,03
Produtos de limpeza e polimento	1	0,36	1	0,01
Motores estacionários de combustão interna, turbinas e outras máquinas	1	0,36	1	0,01

Ramo de Atividade	N.º de Empresas	% Relativo	N.º de Funcionários	% Rel.
motrizes não elétricas				
Biscoitos e bolachas	1	0,36	1	0,01
Motores elétricos	1	0,36	1	0,01
Gelo comum	1	0,36	1	0,01
Edição e impressão de livros	1	0,36	1	0,01
Artesatos têxteis	1	0,36	1	0,01
Rações balanceadas para animais	1	0,36	1	0,01
TOTAL*	276	100,00	7.583	100,00

*Dado Acrescentado

Tabela 11.3-8: Comércio por Ramo de Atividade e Número de Funcionários

Ramo de Atividade	N.º de Empresas	% Relativo	N.º de Funcionários	% Rel.
Lanchonetes, casas de chá, de sucos, etc.	228	21,80	337	9,88
Mercadorias e armazéns varejistas	133	12,72	216	6,33
Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos	79	7,55	177	5,19
Mini mercados	58	5,54	163	4,78
Comércio varejista de materiais de construção em geral	53	5,07	225	6,60
Lojas de variedades	38	3,63	69	2,02
Comércio varejista de produtos farmacêuticos alopáticos	25	2,39	113	3,31
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda entre 300 e 500 metros	24	2,29	334	9,79
Comércio varejista de produtos de padaria e de confeitaria	24	2,29	50	1,47
Restaurantes	23	2,20	120	3,52
Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	22	2,10	44	1,29
Comércio a varejo de automóveis, caminhonetes e utilitários usados	20	1,91	44	1,29
Comércio varejista de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	19	1,82	32	0,94

Ramo de Atividade	N.º de Empresas	% Relativo	N.º de Funcionários	% Rel.
Indústrias	18	1,72	49	1,44
Comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotores	16	1,53	145	4,25
Comércio a varejo de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores	14	1,34	174	5,10
Comércio varejista de plantas e flores naturais e artificiais e frutos ornamentais	12	1,15	28	0,82
Indústria de departamento	11	1,05	164	4,81
Comércio varejista de bebidas	11	1,05	122	3,58
Comércio varejista de artigos de papelaria	11	1,05	32	0,94
Comércio varejista de para animais, ração e animais vivos para criação doméstica	11	1,05	22	0,64
Comércio varejista de GLP	10	0,96	20	0,59
Comércio varejista de artigos de utilidade doméstica	9	0,86	108	3,17
Comércio varejista de móveis	8	0,76	42	1,23
Comércio varejista de materiais para pintura	8	0,76	23	0,67
Comércio varejista de relojoaria e joalheria	8	0,76	19	0,56
Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	8	0,76	16	0,47
Comércio varejista de jornais e revistas	8	0,76	12	0,35
Comércio varejista de artigos de perfumaria, cosméticos e de higiene pessoal	7	0,67	33	0,97
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	7	0,67	26	0,76
Comércio varejista de madeira e seus derivados	7	0,67	21	0,62
Comércio varejista de artigos de ótica	7	0,67	16	0,47
Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicas	6	0,57	10	0,29
Outros serviços de alimentação	6	0,57	7	0,21
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário suas peças e acessórios	5	0,48	41	1,20

Ramo de Atividade	N.º de Empresas	% Relativo	N.º de Funcionários	% Rel.
Comércio varejista de máquinas, instrumentos e materiais de informática	5	0,48	19	0,56
Comércio atacadista de produtos	5	0,48	12	0,35
Comércio varejista de artigos usados, em geral	5	0,48	9	0,26
Comércio varejista de artigos de plásticos, plásticos e artefatos	5	0,48	8	0,23
Comércio varejista de ferragens, instrumentos e produtos metalúrgicos	4	0,38	26	0,76
Comércio varejista de pneumáticos e acessórios	4	0,38	20	0,59
Comércio atacadista de GLP	4	0,38	11	0,32
Comércio varejista de produtos não mencionados anteriormente	4	0,38	9	0,26
Docerias, whiskerías e estabelecimentos para servir bebidas	4	0,38	4	0,12
Comércio varejista de artigos em geral, por catálogo ou pedido pelo correio	4	0,38	3	0,09
Comércio varejista de calçados	3	0,29	41	1,20
Comércio varejista materiais elétricos para construção	3	0,29	28	0,82
Comércio atacadista de bebidas com atividade de acondicionamento associada	3	0,29	23	0,67
Comércio varejista de máquinas, aparelhos e equipamento elétrico, eletrônico de uso pessoal	3	0,29	22	0,64
Comércio varejista de peças e acessórios para eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos	3	0,29	7	0,21
Comércio varejista de vidros, espelhos, vitrais e molduras	2	0,19	9	0,26
Farmácia de manipulação	2	0,19	7	0,21
Comércio varejista de materiais hidráulicos	2	0,19	6	0,18
Comércio varejista de máquinas, equipamentos e materiais de comunicação	2	0,19	3	0,09

Ramo de Atividade	N.º de Empresas	% Relativo	N.º de Funcionários	% Rel.
Comércio varejista de artigos esportivos	2	0,19	3	0,09
Comércio varejista de livros	2	0,19	3	0,09
Comércio varejista de artigos de tapeçaria	2	0,19	3	0,09
Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras	2	0,19	2	0,06
Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho	2	0,19	2	0,06
Comércio atacadista de carne e produtos de carne	1	0,10	15	0,44
Comércio atacadista de produtos farmacêuticos de uso humano	1	0,10	15	0,44
Atividade não identificada na descrição do CNAE	1	0,10	11	0,32
Comércio varejista de artigos fotográficos e cinematográficos	1	0,10	7	0,21
Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamento industrial	1	0,10	6	0,18
Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	1	0,10	4	0,12
Comércio varejista de artigos de armarinho	1	0,10	3	0,09
Comércio varejista de peças e acessórios para motos e motonetas	1	0,10	3	0,09
Comércio varejista de motocicletas e motonetas	1	0,10	3	0,09
Preparação de alimentos preparados predominantemente para o consumo ambulante	1	0,10	2	0,06
Comércio varejista de peças e acessórios para veículos automotores	1	0,10	2	0,06
Comércio varejista de bicicletas, triciclos e suas peças e acessórios	1	0,10	2	0,06
Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	1	0,10	2	0,06
Peixaria	1	0,10	1	0,03

Ramo de Atividade	N.º de Empresas	% Relativo	N.º de Funcionários	% Rel.
Representantes comerciais e agentes de vendas de mercadorias em geral	1	0,10	1	0,03
Total	1.046	100,00	3.411	100,00

Descontado

ANEXO 3.9: Prestadores de Serviço por Ramo de Atividade e Funcionários

Ramo De Atividade	Nº de Empresas	% Rel	Nº de Funcionários	% Rel
Serviços de manutenção e reparação de veículos	126	12,75	314	5,77
Serviços de organizações religiosas	103	10,43	253	4,65
Serviços de assistência	102	10,32	154	2,83
Serviços fundamentais	46	4,66	1102	20,24
Serviços de clínica odontológica	33	3,34	61	1,12
Serviços de borracheiros e gomaria	30	3,04	47	0,86
Serviços de manutenção de máquinas e eletrodomésticos	24	2,43	44	0,81
Serviços de atendimento hospitalar	19	1,92	244	4,48
Serviços de contabilidade	19	1,92	82	1,51
Serviços associados não citadas antes	15	1,52	270	4,96
Serviços de filmes, vídeo, discos e cartuchos	15	1,52	32	0,59
Serviços de lubrificação, lavagem e alinhamento de veículos	14	1,42	24	0,44
Serviços advocatícios	13	1,32	19	0,35
Serviços de bicicletas, triciclos, etc.	13	1,32	17	0,31
Serviços de esportes, desportivos e similares	12	1,21	25	0,46
Serviços de restauração de artigos de madeira e do mobiliário	12	1,21	22	0,40
Serviços de pintura, cementação e tratamento térmico de aço, serviços de usinagem, galvanotécnica e solda	11	1,11	32	0,59
Educação pré-escolar	10	1,01	183	3,36
Serviços de funerárias	10	1,01	18	0,33
Transporte rodoviário de cargas em geral	9	0,91	234	4,30
Administração de imóveis por conta de terceiros	9	0,91	34	0,62

Ramo De Atividade	Nº de Empresas	% Rel	Nº de Funcionários	% Rel
Discotecas, danceterias e similares	9	0,91	23	0,42
Atividades de organizações sindicais	9	0,91	20	0,37
Gestão e manutenção de cemitérios	9	0,91	19	0,35
Reparação de objetos pessoais e domésticos	9	0,91	14	0,26
Atividades de clínica médica	8	0,81	12	0,22
Manicuros e outros tratamentos de beleza	8	0,81	8	0,15
Edificações	7	0,71	97	1,78
Serviços prestados principalmente as empresas	7	0,71	56	1,03
Seguros não vida	7	0,71	26	0,48
Organização e exploração de ativ. esportivas	7	0,71	13	0,24
Cursos de língua estrangeira	6	0,61	23	0,42
Manutenção e reparação de máquinas de escritório e informática	6	0,61	11	0,20
Serviços de fisioterapia e TO	6	0,61	9	0,17
Manutenção e reparação de motocicletas	6	0,61	5	0,09
Administração pública em geral	5	0,51	321	5,90
Gestão de instalação desportivas	5	0,51	29	0,53
Obras de acabamento da construção	5	0,51	13	0,24
Chaveiros	5	0,51	6	0,11
Atividades de vendas de bilhetes de loteria	5	0,51	5	0,09
Segurança pública	4	0,40	119	2,19
Bancos comerciais	4	0,40	70	1,29
Manutenção e reparação de caminhões, ônibus e outros veículos	4	0,40	33	0,61
Serraria sem desdobramento de madeira	4	0,40	22	0,40
Laboratórios de análise clínica	4	0,40	20	0,37
Atividades cartoriais	4	0,40	19	0,35
Atividades do correio nacional executadas por franchising	4	0,40	14	0,26
Agências de publicidade e propaganda	4	0,40	10	0,18
Agências de viagem e organizadores de viagem	4	0,40	9	0,17
Cursos ligados a arte e cultura	4	0,40	7	0,13

Ramo De Atividade	Nº de Empresas	% Rel	Nº de Funcionários	% Rel
Academia de ginástica	4	0,40	7	0,13
Serviços técnicos de arquitetura	4	0,40	5	0,09
Instalação, reparação e manutenção de máquinas e equipamentos para uso específico	3	0,30	56	1,03
Educação média e formação geral	3	0,30	44	0,81
Captação, tratamento e distribuição de água	3	0,30	32	0,59
Hotel sem restaurante	3	0,30	24	0,44
Instalação, reparação e manutenção de máquinas para indústrias metalúrgicas	3	0,30	20	0,37
Auto escola	3	0,30	16	0,29
Seguridade social	3	0,30	15	0,28
Hotel com restaurante	3	0,30	13	0,24
Fotocópia e microfilmagem	3	0,30	12	0,22
Cursos de informática	3	0,30	11	0,20
Ensino de esportes	3	0,30	10	0,18
Serviços veterinários	3	0,30	9	0,17
Fotografias aéreas, submarinas e similares	3	0,30	7	0,13
Reparação de calçados	3	0,30	7	0,13
Educação especial	2	0,20	89	1,63
Distribuição de energia elétrica	2	0,20	89	1,63
Exploração de estacionamentos para veículos	2	0,20	59	1,08
Regulação das atividades econômicas	2	0,20	21	0,39
Impressão de material para uso industrial, comercial e publicitário	2	0,20	19	0,35
Serviços sociais sem alojamento	2	0,20	16	0,29
Depósitos de mercadoria para terceiros	2	0,20	15	0,28
Seleção e agenciamento de mão de obra	2	0,20	11	0,20
Organizações empresariais e patronais	2	0,20	10	0,18
Serviços sociais com alojamento	2	0,20	10	0,18
Atividades de rádio	2	0,20	9	0,17
Provedores de acesso às redes de telecomunicações	2	0,20	9	0,17
Terraplanagem e movimentações de terra	2	0,20	9	0,17
Recuperação de motores elétricos	2	0,20	9	0,17

Ramo De Atividade	Nº de Empresas	% Rel	Nº de Funcionários	% Rel
Assessoria em gestão empresarial	2	0,20	7	0,13
Intermediação de avaliação de imóveis	2	0,20	7	0,13
Tratamento de produtos agrícola	2	0,20	6	0,11
Laboratórios fotográficos	2	0,20	6	0,11
Serviços técnicos em engenharia	2	0,20	6	0,11
Atividades de serviços pessoais não especificados antes	2	0,20	5	0,09
Instalação, reparação e manutenção de sistema de ar condicionado, ventilação e refrigeração	2	0,20	5	0,09
Aluguel de objetos de vestuários, jóias, sapatos	2	0,20	4	0,07
Jardinagem	2	0,20	4	0,07
Cursos de educação continuada ou permanente	2	0,20	4	0,07
Alvejamento, tingimento e torção em fios tecidos e artigos têxteis	2	0,20	4	0,07
Instalação e manutenção elétrica em edificações	2	0,20	4	0,07
Lavanderias e tinturarias	2	0,20	4	0,07
Planos de saúde	2	0,20	3	0,06
Serviços de cobrança e informações cadastrais	2	0,20	3	0,06
Atividades auxiliares da justiça	2	0,20	3	0,06
Exploração de parques de diversões e similares	2	0,20	2	0,04
Reparação de jóias e relógios	2	0,20	2	0,04
Serviços de psicologia	2	0,20	2	0,04
Atividades de terapias alternativas	2	0,20	1	0,02
Transporte rodoviário de passageiros, regular, municipal e urbano	1	0,10	129	2,37
Defesa civil	1	0,10	49	0,90
Transporte rodoviário de passageiros, regular, interestadual	1	0,10	32	0,59
Operações pontes túneis e rodoviárias	1	0,10	30	0,55
Armazéns gerais	1	0,10	20	0,37

Ramo De Atividade	Nº de Empresas	% Rel	Nº de Funcionários	% Rel
Aluguel de salas de espetáculos	1	0,10	16	0,29
Aluguel de arquivos e bibliotecas	1	0,10	13	0,24
Atividade de assessoramento de madeira	1	0,10	12	0,22
Atividade de aluguel	1	0,10	8	0,15
Armazenamento de alimentos preparados para empresas	1	0,10	8	0,15
Atendimento a urgências e emergências	1	0,10	7	0,13
Atividades agrícolas e pecuárias de assessoramento	1	0,10	6	0,11
Exploração de bingos	1	0,10	6	0,11
Atividades do correio nacional	1	0,10	6	0,11
Serviços de acupuntura	1	0,10	6	0,11
Serviços de raio-X, radiodiagnóstico e radioterapia	1	0,10	6	0,11
Laboratórios de anatomia patológica e citológica	1	0,10	6	0,11
Desenvolvimento de programas de informática	1	0,10	6	0,11
Organização produção e promoção de espetáculos artísticos e eventos culturais	1	0,10	5	0,09
Operação de portos e terminais	1	0,10	5	0,09
Serviços de entrega rápida não realizados pelo correio nacional	1	0,10	5	0,09
Bancos cooperativos	1	0,10	5	0,09
Processamento de dados	1	0,10	5	0,09
Instalação, reparação e manutenção de máquinas e equipamentos para agricultura	1	0,10	4	0,07
Asilos	1	0,10	4	0,07
Serviço de desenho técnico e especializado	1	0,10	4	0,07
Serviços de reboque de veículos	1	0,10	4	0,07
Motel sem alimentação	1	0,10	4	0,07
Defesa	1	0,10	3	0,06
Comunicações por fio	1	0,10	3	0,06
Aluguel e manutenção de tratores	1	0,10	2	0,04
Atividade de aluguel	1	0,10	2	0,04
Atividade de reparação e manutenção de instrumentos	1	0,10	2	0,04

Ramo De Atividade	Nº de Empresas	% Rel	Nº de Funcionários	% Rel
Serviços de mercado e opinião pública	1	0,10	2	0,04
Serviços de vida	1	0,10	2	0,04
Serviços de buffet	1	0,10	2	0,04
Serviços e manutenção de compressores	1	0,10	2	0,04
Serviços de móveis de madeira para	1	0,10	2	0,04
Serviços finais				
Serviços de crédito, financiamento e	1	0,10	2	0,04
Serviços				
Serviços	1	0,10	2	0,04
Serviços em alimentação	1	0,10	2	0,04
Serviços de revestimento e aplicação de	1	0,10	2	0,04
Serviços exteriores e interiores				
Serviços de automóveis sem motorista	1	0,10	2	0,04
Serviços de móveis	1	0,10	2	0,04
Serviços de organizações profissionais	1	0,10	1	0,02
Serviços de reabilitação de dependentes	1	0,10	1	0,02
Serviços sem alojamento				
Manutenção do físico-corporal	1	0,10	1	0,02
Fabricação de ferramentas manuais	1	0,10	1	0,02
Atividades de espetáculos não especificadas antes	1	0,10	1	0,02
Hotel com alimentação	1	0,10	1	0,02
Depósito de mercadorias próprias	1	0,10	1	0,02
Caixa econômica	1	0,10	1	0,02
Serviço de prótese dentária	1	0,10	1	0,02
Reparação e manutenção de aparelhos telefônicos	1	0,10	1	0,02
Limpezas em imóveis	1	0,10	1	0,02
Incorporação de imóveis por conta própria	1	0,10	1	0,02
Instalação, reparação e manutenção de máquinas e equipamentos de vestuário	1	0,10	1	0,02
TOTAL*	988	100,00	5.445	100,00

* Dado Acrescentado

Conforme foi apontado no item 10.3 (que analisa a situação da população economicamente ativa), o somatório do número de trabalhadores constante destas informações não inclui os trabalhadores do setor agro-pecuário e do setor informal.

Para melhor se analisar a densidade de oferta de postos de trabalho, ou mesmo de concentração do número de empresas, é apresentada a tabela 11.3-10, identificado por localidade o número de empresas e o respectivo número de funcionários (absoluto e percentual)

Tabela 11.3-10: Empresas e Funcionários por Bairro.

Bairro/Localidade	Nº de Empresas	% Rel	Nº de Funcionários	% Rel
Centro	858	37,14	5.571	33,89
Bom Jesus	138	5,97	979	5,96
Ferraria	108	4,68	407	2,48
Vila Itaquí	103	4,46	2.342	14,25
Batelas	68	2,94	378	2,30
Vila Bancária	59	2,55	241	1,47
Rondinha	58	2,51	507	3,08
Duro Verde I	43	1,86	286	1,74
Jardim Itaboa	41	1,77	241	1,47
Vila Solene	35	1,52	115	0,70
Conjunto Águas Claras	33	1,43	243	1,48
Vila Santa Terezinha	33	1,43	111	0,68
Vila Ferrari	31	1,34	705	4,29
Jardim Bela Vista	30	1,30	124	0,75
Jardim Rivabem	26	1,13	243	1,48
Jardim Social	26	1,13	106	0,64
Guarani	25	1,08	130	0,79
Jardim Busmayer	25	1,08	87	0,53
Botiatuva	22	0,95	192	1,17
Vila Elisabeth	18	0,78	68	0,41
Jardim Esmeralda	17	0,74	62	0,38
Vila Gilcy	17	0,74	34	0,21
Duro Verde	16	0,69	102	0,62
Vila Operária	16	0,69	84	0,51
Cercadinho	16	0,69	69	0,42
Vila Otto	16	0,69	50	0,30
Partênopo	16	0,69	20	0,12
Popular Nova	15	0,65	66	0,40

Bairro/Localidade	Nº de Empresas	% Rel	Nº de Funcionários	% Rel
Jardim São Vicente	14	0,61	762	4,64
Vila Corregos	14	0,61	71	0,43
Assareda	14	0,61	34	0,21
Santa	13	0,56	21	0,13
Vila Dom Pedro	12	0,52	71	0,43
Jardim Guairaça	12	0,52	62	0,38
Jardim Florestal	12	0,52	21	0,13
Picardinha	11	0,48	69	0,42
Campo do Meio	11	0,48	45	0,27
Vila Dom Pedro II	10	0,43	230	1,40
Guabiroba	10	0,43	91	0,55
Santa Neli	9	0,39	42	0,26
Parque de Cima	9	0,39	37	0,23
Vila Dona Fina	9	0,39	26	0,16
São Francisco	8	0,35	66	0,40
São Marcos	8	0,35	12	0,07
Melane	8	0,35	12	0,07
Timbótuva	7	0,30	152	0,92
Popular Velha	7	0,30	13	0,08
Caratuva	6	0,26	211	1,28
Santa Cruz	6	0,26	45	0,27
Pompéia	6	0,26	8	0,05
Loteamento Miranda	6	0,26	7	0,04
Gloria	5	0,22	16	0,10
Loteamento Santa Rita	5	0,22	13	0,08
Vila Nossa Senhora do Carmo	5	0,22	11	0,07
Jardim Keli Cristina	5	0,22	10	0,06
Vila Dom Antonio	5	0,22	8	0,05
Retiro	4	0,17	79	0,48
Santo Onofre	4	0,17	64	0,39
São José	4	0,17	31	0,19
Loteamento São Gerônimo	4	0,17	19	0,12
Saad	4	0,17	17	0,10
Celestino	4	0,17	8	0,05
São Luiz	4	0,17	6	0,04
Rivabem I	4	0,17	4	0,02
São Silvestre	3	0,13	32	0,19

Bairro/Localidade	Nº de Empresas	% Rel	Nº de Funcionários	% Rel
Rabouças	3	0,13	14	0,09
Assentamento Ouro Verde II	3	0,13	12	0,07
Jardim Padre José Anchieta	3	0,13	8	0,05
São João	3	0,13	6	0,04
Novo Horizonte	3	0,13	6	0,04
Rivabem II	3	0,13	5	0,03
Jardim Acácias	3	0,13	4	0,02
Jardim Carmela	3	0,13	4	0,02
Vila Verde	3	0,13	4	0,02
Nossa Senhora do Rocio	3	0,13	58	0,35
Vila De Lourdes	2	0,09	40	0,24
Palmital	2	0,09	25	0,15
Javacaem	2	0,09	12	0,07
Lagadinho	2	0,09	12	0,07
Vila Torres I	2	0,09	10	0,06
Vila Nova	2	0,09	10	0,06
Gramado	2	0,09	8	0,05
Leal	2	0,09	8	0,05
São Pedro	2	0,09	7	0,04
Palmas	2	0,09	6	0,04
Jardim Santa Luzia	2	0,09	5	0,03
Vila Cilka	2	0,09	5	0,03
Tropical	2	0,09	4	0,02
Jardim Paraíso Mineral	2	0,09	4	0,02
Aranches Guimarães	2	0,09	4	0,02
Lambaque	2	0,09	3	0,02
Três Rios	2	0,09	3	0,02
Santa Angela	2	0,09	3	0,02
Miqueleto	2	0,09	1	0,01
Passaúna	2	0,09	30	0,18
Wariano Torres	1	0,04	18	0,11
Evídia	1	0,04	16	0,10
Nossa Senhora do Pilar	1	0,04	7	0,04
Jardim Boa Vista	1	0,04	7	0,04
São Roque	1	0,04	7	0,04
Wariana	1	0,04	6	0,04
Taguarfan	1	0,04	5	0,03

Bairro/Localidade	Nº de Empresas	% Rel	Nº de Funcionários	% Rel
Resibo	1	0,04	4	0,02
Das Mangues	1	0,04	3	0,02
Parada Caíva	1	0,04	3	0,02
Caro	1	0,04	3	0,02
Das Maia	1	0,04	2	0,01
Cearas	1	0,04	2	0,01
Boia	1	0,04	2	0,01
Salpe	1	0,04	2	0,01
Parrita	1	0,04	1	0,01
ara	1	0,04	1	0,01
Sala	1	0,04	1	0,01
Jardim Lise	1	0,04	1	0,01
Santo André	1	0,04	1	0,01
Camélias	1	0,04	1	0,01
Palmeiras	1	0,04	1	0,01
Rio Verde	1	0,04	1	0,01
Wato Preto	1	0,04	1	0,01
João Soares	1	0,04	1	0,01
Gramado Grande	1	0,04	1	0,01
Lagoa da Foca	1	0,04	1	0,01
Campestre	1	0,04	1	0,01
Aim	1	0,04	0	0,00
Bairro não localizado	22	0,95	29	0,18
TOTAL*	2.312	100	16.439	100

* Dado Acrescentado

Oss: localidades por denominação popular

Realização

Realização da Oferta

Realização Turísticos

Campo Largo possui elementos de diferentes características, desde aspectos físicos, histórico-culturais e ainda acontecimentos diversos. No entanto, poucos deles apresentam características diferenciais capazes de atrair um fluxo turístico significativo, local e regional. Nesse caso, a realização de eventos pode se converter numa alternativa para a implementação de produtos e atração de fluxos variados.

Atualmente, apenas a Feira da Louça e a Estância Hidromineral Ouro Fino têm atraído um número significativo de visitantes de outros estados do país e de cidades vizinhas e situados no Paraná.

Assim, a necessidade de se criar circuitos, roteiros e produtos compostos por mais de um elemento fica evidente. É importante, portanto, que se conceba um processo de resgate histórico-cultural a fim de criar produtos que se adaptem às características e perfil do município.

A Feira da Louça e a Rota dos Tropeiros são excelentes exemplos de temas que resgatam a história e o modo de vida da sociedade campo-larguense. O segundo, em especial, é um roteiro de maior abrangência, que engloba diversos municípios e estados em um contexto envolvendo todo o sul do país. Esse fator pode beneficiar Campo Largo — como já vem beneficiando — a partir do momento em que os recursos disponibilizados para a formatação do produto envolvem o município. Ou seja, cursos, treinamentos, infra-estrutura, implementação de projetos, entre outros elementos que são necessários para a implantação da Rota dos Tropeiros e, ao mesmo tempo, requeridos dos municípios participantes. A implementação da oferta de infra-estrutura e serviços é fundamental para a

...dos visitantes e um excelente benefício para os habitantes de Campo

...elementos existentes em áreas naturais destacam-se a serra, os rio, as
florestas, até as represas e os parques. Esses elementos possibilitam a prática das
mais variadas modalidades de turismo: aventura, ecoturismo, esportes, lazer, entre
outros. Isso é imprescindível para a formação de produtos para diferentes tipos de
demanda, o que contribui para a diversificação da oferta e evita a sazonalidade do
fluxo turístico.

Com relação aos atrativos histórico-culturais, destacam-se, principalmente, os
monumentos e legados deixados pelo tropeirismo; as influências étnicas presentes
no município; as igrejas centenárias e o artesanato, juntamente com a porcelana. Os
pratos típicos, se trabalhados em conjunto com outros elementos, os quais podem
converter-se em festas e festivais gastronômicos de maior porte, atraindo turistas de
várias cidades e até mesmo de outros estados.

Utilizando-se esses elementos será possível a criação de diversos atrativos, com
temas e apelos diferenciados, circuitos, rotas, feiras e, com a junção desses a
formatação de produtos mais completos e comercializáveis.

Serviços Turísticos

Percebe-se uma deficiência com relação aos serviços turísticos, principalmente se considerada a demanda de turistas que Campo Largo possa vir a ter, com a diversificação dos seus atrativos.

Com relação aos eventos, existem alguns auditórios e salões mas a maioria é de pequeno e médio porte. Sendo assim, o fomento do turismo de eventos e compras é dificultado, pela baixa capacidade hoteleira e pelo fato de que os equipamentos e as instalações para eventos insuficientes. Além disso, a inexistência de empresas prestadoras de serviços e organizadoras de eventos prejudica a execução de acontecimentos desta natureza no município.

Atualmente, os serviços disponíveis no município atendem apenas à demanda efetiva, ou seja, a demanda de turistas já existente no município. Com a diversificação de atrativos e a criação de novos produtos, invariavelmente, tornar-se-á necessário que serviços e novos equipamentos turísticos sejam implementados. No entanto, essa implementação pode ser gradual, de acordo com o crescimento do fluxo e, da mesma forma, dos recursos que possibilitem tal implementação.

A falta de agências de receptivo e de postos de informação dificulta a venda de atrativos que contribuem para a maior permanência dos visitantes no município, ou seja, a falta de divulgação das alternativas de lazer e de atividades que o visitante possa desenvolver na localidade, aliada à dificuldade de comercialização de tais elementos, prejudicando o bom aproveitamento do turista que vem ao município. Para o visitante que não conhece os atrativos que a cidade possui, suas alternativas de lazer diminuem, permanecendo menos tempo na localidade, consumindo menos e prejudicando a imagem do município também fica prejudicada, em outras palavras, caracteriza uma perda para o turista e uma perda para o município.

Procede a premissa de que o visitante vai a locais de mais fácil acesso e, claro, dos quais tenha conhecimento. Os estudos de psicologia do turismo ressaltam a importância do suprimento das necessidades básicas dos turistas: fisiológicas, de

abrigo e segurança. Mesmo com relação ao turismo de aventura, as condições mínimas de conforto e segurança devem estar presentes. Sendo assim, a informação, a divulgação e a sinalização turística são fundamentais, além, é claro, de vias de acesso adequadas a cada atrativo.

Com relação aos guias de turismo e condutores de visitantes, também são necessários à medida que os atrativos são diversificados e requerem tal serviço. Hoje, a maior parte dos roteiros é autoguiada. Os turistas recebem informação no Departamento de Esporte e Turismo e executam os roteiros sem o acompanhamento de guias ou de condutores, na maioria das vezes. Devido à quantidade reduzida de agências de receptivo que utilizem guias em seus passeios, esse serviço acaba não sendo requerido.

Outro fator a se considerar são as empresas que prestam serviços e equipamentos que funcionam sem cadastro no Ministério de Turismo. O cadastro é um pré-requisito para a maior parte das linhas de financiamentos disponibilizadas para o fomento da atividade turística. Portanto, a falta de cadastro das empresas, além de prejudicar a identificação das mesmas, dificulta a disponibilização de recursos para novos investimentos no setor turístico.

4.2 Análise da Demanda

A falta de investigações e de estudos sobre a demanda efetiva e potencial de Campo Largo dificulta o diagnóstico desse fator. No entanto, devido às características dos atrativos já existentes no município, é possível identificar que o público é fundamentalmente de finais de semana, vindos de Curitiba e da Região Metropolitana, geralmente famílias que vão para o município passar o dia, visitar propriedades na área rural e praticar atividades de lazer.

Com relação à Feira da Louça, o público é de consumidores finais que compram louças no varejo e também de empresários que visitam a Feira para fazer negócios. Esse público vem de várias cidades do Paraná e também de outros estados.

A empresa Ouro Fino recebe turistas de lazer, geralmente nos finais de semana e também, escolas que levam os alunos para conhecer a Estância. Alguns turistas que possuem interesse técnico-científico, visitam o local normalmente em dias úteis.

A demanda efetiva pode ser mais bem aproveitada com a exploração e diversificação dos atrativos já existentes. Porém, com uma melhor oferta de serviços de recepção ao turista é possível aumentar o tempo de permanência do mesmo, melhor divulgando os atrativos já existentes e permitindo uma melhor exploração turística dos mesmos.

Para que a demanda potencial se converta em demanda efetiva, vários fatores influenciam, desde a concorrência que há no mercado até a disponibilidade de tempo livre do turista. A diversificação de atrativos é imprescindível, portanto, com a finalidade de se atingir diversos segmentos de demanda e garantir um melhor aproveitamento dos turistas que potencialmente visitarão o município.

O Departamento de Esporte e Turismo tem investido no fomento dos segmentos mais consolidados no município, o turismo rural e o de compras — devido à Feira da Louça e à Rota da Louça — como ponto de partida para o crescimento da atividade

no município. Com a consolidação desses segmentos e com a conseqüente melhoria na oferta de serviços e equipamentos turísticos e de apoio ao turismo, passa-se então para a diversificação dos produtos e à focalização de outros segmentos.

É possível projetar, a médio e longo prazo, a visita de turistas de cidades mais longinquas do Paraná e também turistas de outros estados, que permaneçam no município um tempo mais prolongado.

É importante que haja um investimento em levantamentos e estudos da demanda efetiva e potencial, para a realização de um planejamento mais eficaz dos produtos que serão ofertados.

11.4.3 Análise do Macro-Ambiente

Com relação a infra-estrutura e aos serviços de apoio ao turismo, verifica-se uma escassez de sua oferta nas áreas interioranas do município. Dessa forma, tanto os acessos quanto o transporte deficiente prejudicam a circulação dos visitantes pelos atrativos que se encontram fora do perímetro da Sede ou afastados dos núcleos habitacionais e comerciais. A infra-estrutura básica de saneamento, de energia e de comunicações é imprescindível para o bom funcionamento da atividade turística e, também, para a melhor qualidade de vida da população local. Ainda que o turismo seja utilizado como gerador de recursos para a implementação dessa infra-estrutura, condições mínimas devem ser asseguradas para que o consumo dos atrativos se efetive, inclusive no que se refere à limpeza pública, às vias de acesso e à sinalização viária e turística. Outro fator é a dificuldade de localização dos pontos de interesse, devido à falta de endereçamento de muitas áreas do município. Faltam nomes de ruas, nome de bairros, número nos lotes, código postal, mapas, entre outros.

No que diz respeito à mão-de-obra, é importante que o turismo seja uma fonte geradora de empregos e renda para a população local. Porém, é imprescindível a qualificação e a capacitação da mão-de-obra. Para que o turista sinta-se satisfeito é

fundamental que, além de consumir bons produtos, seja bem recebido e atendido. Para que um município possa se tornar turístico precisa investir na hospitalidade e na qualidade dos serviços prestados. Isso contribui para a satisfação do turista e para a conformação da imagem do destino.

Outro fator importante é as ações comunicativas utilizadas pelo município para sua promoção e *marketing*. Sendo o turismo um produto intangível, o qual turista não pode experimentar antes de comprar e, por definição, está longe do local de compra, as ações comunicativas se convertem na única maneira de aproximar o produto de seu consumidor potencial. A propaganda "boca-a-boca" possui velocidade e eficácia poderosas para influenciar a demanda por um destino turístico. Nesse sentido, atender bem um turista efetivo e oferecer a ele bons produtos, pode ser uma excelente ferramenta para a conquista de novos turistas.

Além disso, um bom investimento em material promocional, eventos para a divulgação do município, parcerias com estabelecimentos de comercialização do destino, entre outras ações auxiliam muito nesse processo.

O Departamento de Esporte e Turismo tem buscado consolidar o município como um destino turístico. No entanto, para que se possa divulgar algo é necessário que esse algo exista. Não é possível comunicar um destino em seus mercados potencialmente emissores se ele não está apto a receber aquela demanda de consumidores. É importante que haja o compromisso e a seriedade na promoção do destino para que a imagem seja o mais fiel possível à sua realidade. Caso contrário, o turista pode comprar uma coisa e receber outra. Uma experiência negativa pode tornar-se um fator de recusa a determinado destino.

Em relação à gestão do turismo, com as novas estratégias do Governo Federal, o turismo surge como uma atividade mais valorizada e que faz parte da política de desenvolvimento adotada pela atual gestão federal. Sendo assim, a criação do Ministério de Turismo e a elaboração do Plano Nacional de Turismo 2003-2007, contribui para o fomento e a ordenação dessa atividade no país. Visando a concretização dos objetivos e metas previstas no Plano supracitado, as prefeituras

As atividades devem se organizar de forma que a atividade turística possa se desenvolver adequada e de forma organizada em suas diversas localidades. Campo Largo, estando na zona de influência da capital paranaense pode ser um produto complementar aos atrativos disponíveis na Região Metropolitana de Curitiba, beneficiando-se do fluxo turístico que a capital já possui e contribuindo para a consolidação de um produto regional de qualidade.

É importante que haja a participação do setor de turismo na elaboração de políticas públicas e dos projetos setoriais do município, a fim de que a atividade turística possa se converter em uma atividade econômica complementar para o município. Nesse sentido, é fundamental a existência de uma legislação que assegure o bom funcionamento da atividade no município, distribua competências e responsabilidades e garanta a preservação do patrimônio natural e cultural do município.

11.4.5 Análise de Envolvimento

É fundamental o entendimento de toda a comunidade da importância da atividade turística, de suas causas e efeitos e da forma que ela deve ser e será trabalhada no município. Para isso é importante o envolvimento tanto da iniciativa pública como da iniciativa privada, a fim de fortalecer e contribuir para o sucesso da atividade turística.

Atualmente algumas entidades contribuem com o planejamento e o incentivo ao turismo em Campo Largo, sendo que algumas delas possuem, inclusive, representantes no Conselho Municipal de Turismo. O Conselho, juntamente com o Departamento de Esporte e Turismo tem buscado parcerias com organismos de incentivo e capacitação de mão-de-obra, à iniciativa empreendedora e ao fomento da atividade turística, como é o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Existem várias organizações turísticas, governamentais ou não, que podem auxiliar na formação dos destinos turísticos e colaborar para a implementação de serviços, para a capacitação de mão-de-obra e para a captação de recursos. Entre elas está o próprio Ministério de Turismo e o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR; a Secretaria de Estado do Turismo, a Paraná Turismo e a Ecoparaná; a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; a Secretaria de Estado da Cultura; as entidades de classes profissionais como a Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV, Associação brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo – ABBTUR, entre diversas outras.

É importante avaliar no município quais outras entidades poderiam colaborar, de alguma forma, com o desenvolvimento da atividade turística. Dentre as que participam do Conselho, excetuando-se os estabelecimentos turísticos e a iniciativa privada, estão a Fundação Ângelo Cretã, a Associação do Transporte, a Associação do Taquaral e a Ecoar Turismo.

Além disso, é possível estabelecer parcerias com outros segmentos do Poder Público, buscando incentivos e o engajamento de outras Secretarias e organismos nos projetos turísticos que o município já vem desenvolvendo e nos que pretende desenvolver.

11.4.6 Definição de Pontos Fortes e Fracos do Setor Turístico

PONTOS FORTES

- Diversidade de elementos que podem ser convertidos em atrativos e produtos turísticos;
- Potencial para atender diversos segmentos de demanda;
- Existência de um organismo de turismo na Prefeitura Municipal (Departamento de Esporte e Turismo);
- Interesse da iniciativa privada na atividade turística;
- Existência de alguns produtos turísticos já em fase de consolidação;

Existência de um Conselho Municipal de Turismo e de um Fundo Municipal de Turismo, criados por lei;

Classificação como um Município Turístico – MT, em Deliberação Normativa da Embratur;

Existência de um processo de desenvolvimento da atividade turística já iniciado;

Ser uma localidade que participou na formação do Estado do Paraná, estando presente na história dos ciclos econômicos mais importantes para o Estado.

Lançamento do Mapa Turístico Municipal (preliminares)

PONTOS FRACOS

Deficiência na infra-estrutura e serviços de apoio à atividade turística;

Deficiência dos serviços e equipamentos turísticos;

Falta de um inventário turístico devido, inclusive, à dificuldade de localização dos pontos de interesse por falta de endereçamento;

Falta de conscientização e entendimento da população com relação à atividade turística;

Falta de capacitação de mão-de-obra e, conseqüentemente, de mão-de-obra qualificada;

Falta de recursos no Fundo Municipal de Turismo e de orçamento para o fomento da atividade turística;

Falta de legislação que apóie, regule, organize e incentive a atividade turística no município;

Deficiência na divulgação e promoção do município enquanto destino turístico.

Finalizando, os atrativos turísticos existentes e os eventos turísticos a serem criados deverão embasar o desenvolvimento de um Plano de Valorização do Turismo em Campo Largo. É importante lembrar que o turismo, no mundo corresponde a 12% do PIB mundial, encontrando-se em crescimento nas áreas de ecoturismo e de turismo receptivo.



12. GESTÃO FISCAL E FINANÇAS PÚBLICAS

12. GESTÃO FISCAL E FINANÇAS PÚBLICAS

A correta e eficiente administração dos recursos públicos, num cenário nacional de crise fiscal em que a administração municipal tem como certos e crescentes os seus dispêndios mas incertas suas receitas, é indispensável para o desenvolvimento das atividades e o cumprimento da função do Estado de fortalecer a cidadania, atender às necessidades da sociedade e elevar a qualidade de vida.

Nesse sentido, e considerando as grandes mudanças advindas com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que traz implicações para o Município que deixa de cumprir as exigências constantes daquela norma e, por consequência, prejuízos à comunidade: o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Campo Largo, em sua fase de Levantamento de Dados e Diagnóstico, atribui atenção especial a questão da gestão fiscal (atendimento a LRF) e das evoluções da receita, despesa e capacidade de investimento.

Neste capítulo são demonstradas e analisadas as contas públicas do município com relação aos exercícios fiscais dos anos 2001, 2002 e 2003. Além do caráter informativo e de análise, seguindo-se os preceitos da Ciência das Finanças Públicas e da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta sessão apresenta, ainda que de forma resumida, algumas informações conceituais a respeito das diferentes fontes de receita e despesas analisadas e seus aspectos legais, de maneira a facilitar o entendimento das contas do município e sua evolução aos participantes das Audiências Públicas e outras formas de participação popular que envolvem a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Campo Largo.

As informações divulgadas nesta sessão foram elaboradas a partir dos balanços e relatórios fiscais compilados pela Secretaria do Tesouro Nacional a partir de informações emitidos pela Prefeitura Municipal de Campo Largo e diretamente de relatórios e dados também compilados pela Prefeitura Municipal de Campo Largo referentes aos exercícios fiscais considerados. É importante ainda salientar que este trabalho não visa auditar tampouco substituir os documentos originais das finanças do município. Além disso, deve-se também levar em consideração que os demonstrativos e análises apresentados não refletem eventuais retificações efetuadas nas fontes de dados posteriormente ao fornecimento dos dados aqui compilados.

12.1 Balanços Patrimoniais e Orçamentários Resumidos

Os quadros a seguir apresentam de forma resumida dados dos Balanços Patrimoniais para o período 2000-2002 e os balanços Orçamentários do Município de Campo Largo para o período 2000-2003. Estas informações servem de base para o conhecimento da realidade econômica financeira do município e sua evolução recente.

As informações referentes aos anos de 2000 e 2001, apresentadas no Quadro 12.1-2, foram ajustadas para o modelo de quadros estabelecido pela Portaria STN nº 90, da Secretaria do Tesouro Nacional, para efeito da consistência no tratamento contábil visando tornar comparável a evolução das contas municipais nos anos analisados.

Quadro 12.1-1 Dados do Balanço Patrimonial, anos 2000-2002 (Valores em R\$)

Ativo	2000	2001	2002
I. Ativo Financeiro	15.427.046	22.174.555	7.120.651
Disponível	15.432.870	22.174.555	7.120.651
Créditos em Circulação	-5.824	0	0
Outras contas de At. Financeiro	0	0	0
II. Ativo não Financeiro	24.461.432	27.588.575	34.940.463
Realizável a Curto Prazo	4.571	7.158	28.966
Valores Pendentes a Curto Prazo	0	0	0
Realizável a Longo Prazo	9.318.859	10.078.185	12.279.112
Ativo Permanente	15.138.002	17.503.232	22.632.385
III. Ativo Compensado	0	0	0
Total do Ativo (I+II+III)	39.888.478	49.763.130	42.061.115
Passivo			
I. Passivo Financeiro	5.327.462	4.845.414	5.561.429
Restos a Pagar Processados	3.474.785	2.955.387	814.062
Restos a Pagar não Processados	801.485	634.823	4.495.312
Outras contas de Pass. Financeiro	1.051.192	1.255.204	252.056
II. Passivo não Financeiro	7.316.968	9.970.542	11.376.918
Op. de Crédito Interna - Estoque	4.884.629	5.357.177	5.023.962
Op. de Crédito Externa - Estoque	0	0	0
Outras de Pass. não Financeiro	2.432.339	4.613.365	6.352.956
III. Patrimônio Líquido	27.244.048	34.947.174	25.122.767
IV. Passivo Compensado	0	0	0
Total do Passivo (I+II+III+IV)	39.888.478	49.763.130	42.061.115

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA 2000, FINBRA 2001, FINBRA 2002

Quadro 12.1-2 Balanço Orçamentário Resumido, anos 2002-2003
(Valores em R\$)

	2002	2003		2002	2003
Receitas			Despesas		
Receitas Correntes	45.509.424	54.292.000	3. Despesas Correntes	37.197.453	48.459.000
Receitas Próprias	11.855.702	14.805.000	3.1 Despesas com Pessoal	21.885.232	27.195.000
Receitas de Contribuintes	1.460.957	1.539.000	Pessoal Ativo	18.068.451	23.139.000
Receitas de Contribuintes	2.404.201	3.103.000	Inativos e Pensionistas	261.333	2.149.000
Receitas de Contribuintes	7.990.544	10.163.000	Outras Despesas com pessoal	3.555.448	1.907.000
Transferências	33.653.722	39.487.000	3.2 Outras Despesas Correntes	15.312.221	21.264.000
Transferências	8.589.319	9.139.000	Juros Pagos	496.705	433.000
Transferências	25.064.403	30.348.000	Demais Despesas Correntes	14.815.516	20.831.000
Receitas de Capital	2.121.149	79.000	4. Despesas de Capital	8.223.239	6.573.000
Operações de Crédito	639.876	0	Investimentos	5.573.527	3.889.000
Alienação de Bens	43.100	2.000	Amortizações Pagas	1.560.711	1.935.000
Receitas de Capital	1.438.173	77.000	Outras Despesas de Capital	1.089.000	749.000
Total das Receitas	47.630.573	54.371.000	Total das Despesas (3+4)	45.420.692	55.032.000
Saldo	0	662.000	Superávit	2.209.881	0
Saldo	47.630.573	55.032.000	Total	47.630.573	55.032.000

Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA 2002

Prefeitura Municipal de Campo Largo, Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Valores de referentes a 2003 ajustados.

Quadro 12.1-3 Balanço Orçamentário Resumido, anos 2000-2001 (Valores em R\$)

Receitas	2000	2001	Despesas	2000	2001
1. Receitas Correntes	37.554.990	45.006.817	3. Despesas Correntes	30.103.261	36.208.977
1.1 Receitas Próprias	11.183.733	15.179.301	3.1 Despesas com Pessoal	19.022.550	21.448.930
IPTU	1.171.122	1.303.216	Pessoal Ativo	15.249.664	16.661.395
ISS	1.540.816	2.116.823	Inativos e Pensionistas	1.451.560	1.576.545
Outras Receitas Próprias	8.471.794	11.759.262	Outras Despesas com pessoal	2.321.326	3.210.991
1.2 Transferências	26.371.257	29.827.516	3.2 Outras Despesas Correntes	11.080.711	14.760.047
FPM	6.552.049	6.937.385	Juros Pagos	255.859	520.559
Outras Transferências	19.819.208	22.890.131	Demais Despesas Correntes	10.824.852	14.239.488
2. Receitas de Capital	3.269.967	1.207.840	4. Despesas de Capital	7.372.234	2.776.123
Operações de Crédito	2.875.302	1.023.093	Investimentos	6.564.868	1.701.856
Alienação de Bens	0	0	Amortizações Pagas	576.980	1.072.267
Outras Receitas de Capital	394.665	184.747	Outras Despesas de Capital	230.385	2.000
Total das Receitas	40.824.957	46.214.657	Total das Despesas (3+4)	37.475.495	38.985.100
Exercício	0	0	Superávit	3.349.462	7.229.557
Total	37.554.990	45.006.817	Total	40.824.957	46.214.657

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, FINBRA 2000, FINBRA 2001

A análise dos demonstrativos permite visualizar que, de maneira geral, o Município de Campo Largo vêm apresentando regularidade na gestão fiscal com um desempenho nas contas públicas a ser considerado positivo na qual o volume das despesas foi determinado pelo volume das receitas realizadas, garantindo o equilíbrio das contas públicas com baixo índice de endividamento. Visualiza-se ainda, como abordado adiante, que o Município, além de não apresentar inadimplência com demais entes da Federação, vem continuamente atendendo aos principais preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal representados pelo atendimento aos limites constitucionais relativos a endividamento, despesas com pessoal, educação e saúde. Também é de importância a observação de que o ente vem obtendo equilíbrio quanto aos resultados primários. Além destas constatações, quando comparado vis-a-vis às Leis Orçamentárias do Município vigentes para os períodos analisados, os balanços revelam ainda alta capacidade de gestão financeira da administração municipal dado, entre outros fatores, o pleno atendimento às Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para os exercícios em questão.

As demonstrações de análises pormenorizadas da evolução da Receita e Despesa do Município, disponíveis nos itens subsequentes, permitem uma melhor compreensão do comportamento e tendências das Finanças Públicas do Município de Campo Largo.

12.2 Receitas

12.2.1 Receita Corrente Líquida

A utilização do conceito de Receita Corrente Líquida (RCL) busca identificar receitas disponíveis para a realização de despesas com pessoal, gastos com serviços de terceiros, pagamento de dívidas, etc. No caso dos municípios, a RCL corresponde à Receita Corrente Total, que corresponde ao somatório das receitas correntes, subtraídas as contribuições ao regime próprio de previdência e assistência social, além das compensações relativas à Lei Haully (se aplicáveis). Observe-se que, como o Município não realiza transferências constitucionais a outros entes, sua RCL tende a corresponder simplesmente à sua Receita Corrente Total (isto quando não considerar-se compensações da Lei Haully ou outras receitas previdenciárias, utilizadas no pagamento de aposentadorias e pensões).

A Tabela 12.1-1 apresenta a formação da RCL para os anos de 2001, 2002 e 2003 para o Município de Campo Largo. Os números apresentados evidenciam um crescimento sustentável da receita. No período considerado houve um incremento nominal de 16,95 milhões de Reais no valor da RCL anual. Em valores reais, considerando a inflação de no período 2001 a 2003, adotando-se deflator implícito de 21,6% para o período (inflação IPCA), tal valor corresponde a um incremento real na RCL na ordem de 23,8%.

Dentre as receitas correntes, como na grande maioria dos municípios brasileiros, as de maior peso e importância são representadas pelas receitas por transferências, seguida pelas receitas tributárias e as receitas rubricadas como outras receitas correntes (taxas, etc.). Como cerca de 73% da RCL do município corresponde à transferências do Estado

a União (dados referentes ao exercício fiscal de 2003), é possível assumir que os aumentos nos valores auferidos via transferências definem em grande parte a trajetória crescente da RCL do município nos anos analisados, ainda que a receita própria venha aumentando progressivamente nos últimos anos como adiante abordado.

Tabela 12.1-1 Formação da Receita Corrente Líquida, anos 2000-2003

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO ANUAL DA RECEITA					
	2001		2002		2003	
	Valores (R\$ x 1000)	Part. na RC (%)	Valores (R\$ x 1000)	Part. na RC (%)	Valores (R\$ x 1000)	Part. na RC (%)
RECEITAS CORRENTES – RC (I)	37.342	100,00	45.509	100,00	54.292	100,00
Receita Tributária	5.068	13,57	5.837	10,66	7.187	13,23
Receita de Contribuição	0	0,00	2.034	3,71	648	1,19
Receita Patrimonial	362	0,96	4.621	8,44	3.288	6,05
Receita Agropecuária	0	0,00	506	0,92	732	1,34
Receita Industrial	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Receita Serviços	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Receita Transferências Correntes	28.202	75,52	37.144	67,86	39.487	72,73
Outras Receitas Correntes	3.710	9,93	4.558	8,32	2.950	5,43
DEDUÇÕES (II)	0		5.490		1.403	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	37.342		40.019		52.889	

Fonte: Prefeitura de Campo Largo
Prefeitura Municipal de Campo Largo, Secretaria de Finanças e Orçamento

Na análise quantitativa da receita, os valores “per capita” expressam de maneira mais fiel a realidade do município. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda, considerando os valores das receitas do Município de Campo Largo e dados populacionais do Censo-2000, verifica-se que a estimativa da receita orçamentária “per capita” do Município de Campo Largo (R\$490,49 para o ano

de 2002), é significativamente inferior à média para o conjunto dos municípios brasileiros (R\$648,39 para o ano de 2002) e para o conjunto dos municípios do estado do Paraná (R\$621,31 para o ano de 2001), ainda que Campo Largo esteja a frente de muitos municípios no Paraná e na própria Região Metropolitana de Curitiba na questão orçamentária em termos quantitativos e qualitativos.

2.2.2 Transferências Correntes

A participação das receitas de transferências correntes na composição da receita global para o Município situou-se em 75,52%, 67,86% e 72,73% para os exercícios fiscais de 2001, 2002 e 2003 respectivamente. Para efeitos de comparação, o levantamento elaborado pelo BNDES aponta que, de maneira análoga ao Município de Campo Largo, para a média de municípios brasileiros a receita municipal cresce muito mais em função do aumento da arrecadação dos outros entes federados do que em função do incremento da receita própria. Levantamentos realizados pela instituição apontam que no ano de 2002 a receita total dos Municípios brasileiros, em média, foi constituída por 68,4% de transferências, por 17,1% de receitas tributárias e por 14,5% de outras receitas. Para municípios da Região Sul, a média da participação das receitas de transferências na composição da receita global em 2002 foi ligeiramente abaixo da média nacional, representando 66,6%. Para os Municípios, com população até 50 mil habitantes, as receitas de transferências representam mais de 83,6% da sua receita total, enquanto que nos municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes as transferências correntes representam mais de 76% da receita total. O levantamento apontou ainda que apenas para os Municípios com população superior a 1 milhão de habitantes a participação das transferências fica abaixo dos 50%, superando em 13,6 pontos percentuais a receita tributária.

Em relação às outras receitas observa-se também uma tendência no sentido de que quanto maior a população do Município, igualmente maior é a sua participação. No ano de 2002 as outras receitas representam mais de 10% da receita total para os Municípios com população superior a 50 mil habitantes.

Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda, considerando os valores das receitas por transferências correntes do Município de Campo Largo e dados populacionais do Censo-2000, verifica-se que a estimativa da receita por transferência "per capita" do Município de Campo Largo (R\$400,34 para o ano de 2002), é um tanto inferior à média para o conjunto dos municípios brasileiros (R\$443,80 para o ano de 2002), todavia levemente superior a média do conjunto dos municípios do estado do Paraná em levantamento em ano anterior (R\$389,68 para o ano de 2001), admitindo-se ser válida tal comparação.

As receitas por transferências compreendem às transferências constitucionais, legais e voluntárias, as quais apresentam seus comportamentos individualmente analisados nos itens subsequentes.

12.2.2.1 Transferências constitucionais

Conforme estabelece a Constituição Federal, parcela das receitas arrecadadas pela União e Estado é repassada aos Municípios. Tal rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre as três esferas de governo representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca de promover o equilíbrio sócio-econômico entre Estados e Municípios.

Dentre as transferências constitucionais da União para o Município de Campo Largo, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) assumem maior importância. Entre as transferências oriundas do ente Estado do Paraná, a cota-parte do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) vêm a ser as de maiores relevância.

A tabela 12.2-2 apresenta a evolução das principais transferências constitucionais para os exercícios fiscais considerados neste estudo.

Tabela 12.2-2: Evolução das Transferências Constitucionais, anos 2000-2003.

	EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E PARTICIPAÇÃO NA RECEITA CORRENTE					
	2001		2002		2003	
	Valor (R\$)	Part. na RC 2002 (%)	Valor (R\$)	Part. na RC 2002 (%)	Valor (R\$)	Part. na RC 2003 (%)
FPM	6.917.502,02	18,41	8.589.318,90	18,87	9.139.000,00	16,83
FUNDEF	6.113.656,80	16,27	7.293.162,39	16,02	8.184.411,82	15,17
ITR	49.768,39	0,13	80.174,52	0,17	69.172,78	0,12
IOF	15.894,85	0,04	57.270,41	0,12	39.158,46	0,07
LC 87/96 (Lei Kandir)	782.382,05	2,08	786.831,91	1,72	810.948,43	1,67
Cota ICMS	12.546.844,56	33,40	13.165.089,18	28,92	17.336.627,00	31,93
Cota IPVA	1.381.919,06	3,67	1.681.933,33	3,70	1.999.573,00	3,68
Outros	387.339,53	1,03	399.366,53	0,87	441.035,34	3,51

Fonte: Prefeitura de Campo Largo, Secretaria de Finanças e Orçamento
SEFA-CAEC

Nota: Os valores do FPM já estão descontados da parcela (15%) destinada ao FUNDEF

FPM, considerações e evolução dos recursos arrecadados

No âmbito da União, o valor global total do FPM, correspondente a 22,5% da arrecadação federal da receita líquida do IR e do IPI, é distribuído entre os municípios brasileiros aplicando-se os coeficientes individuais estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) utilizando como parâmetros a localização, população e PIB per capita. No Caso de Campo Largo, a tabela 12.2-2 aponta variação nominal dos recursos oriundos do FPM de 32,1%, que corresponde a uma variação real de 10,5% (adotando-se deflator implícito 21,6% correspondente a variação do IPCA durante o período 2001-2003), ainda que a participação relativa dos recursos oriundos do FPM no total da

receita corrente ao longo dos exercícios fiscais analisados tenha mantido-se numa faixa de 16% a 18%. Uma análise mais detalhada, do mecanismo de formação e distribuição do fundo, demonstra que em última instância, o município logrou aumento real dos valores repassados via FPM devido, entre outros fatores, ao significativo e amplamente observado crescimento da arrecadação tributária da União observado no período. Segundo a Secretaria da Receita Federal, ligada ao Ministério da Fazenda, a massa de tributos recolhida pela união cresceu em termos nominais 78,2% entre 1998 e 2002, e consequentemente os municípios lograram colher frutos deste incremento via aumento nominal dos valores repassados sob a rubrica FPM.

FUNDEF, considerações e evolução dos recursos arrecadados

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF é um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal. Os recursos do fundo são obrigatoriamente vinculados à melhoria da qualidade da educação, à valorização do magistério e à municipalização do ensino fundamental, como decorrência da aplicação de uma política de descentralização e democratização da gestão do ensino público nacional.

No caso de Campo Largo, observa-se através dos dados disponibilizados na tabela 12.2-2 que o período 2001 a 2003 aponta variação nominal dos recursos oriundos do FUNDEF de 33,7%, percentual que corresponde a uma variação real de cerca de 12,2% (adotando-se deflator implícito igual a variação do IPCA durante o período 2001-2003). Diferente do crescimento real e nominal, a participação relativa dos recursos oriundos do FUNDEF no total da receita corrente ao longo dos exercícios fiscais analisados vem se mantendo na faixa de 15% a 16% para os anos analisados. Uma análise mais detalhada comprova que em última instância, que assim como no caso do FPM, o município logrou aumento real dos valores repassados via FUNDEF devido, entre outros fatores, ao crescimento da arrecadação tributária dos entes União e Estado durante o período observado.

ICMS 96, considerações e evolução dos recursos arrecadados

A Lei Complementar n.º 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), dispõe sobre a isenção do imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre as prestações de serviços de transporte interestadual, municipal e de comunicação (ICMS) nas transações de produtos destinados à exportação, e sobre os bens de capital, a energia elétrica e os bens de uso e consumo adquiridos pelas empresas. A tabela 12.2-2 apresenta a evolução e o quanto os valores oriundos da rubrica Lei Kandir colaboraram para a Receita Corrente Total do município nos anos analisados.

Cota ICMS, considerações e evolução dos recursos arrecadados

A tabela 12.2-2 apresenta a evolução e o quanto os valores oriundos da cota-parte do ICMS colaboraram para a Receita Corrente Total do município nos anos analisados, enquanto que a tabela 12.2-3 apresenta a formação da arrecadação para o ano de 2002 a partir de diferentes setores econômicos.

Tabela 12.2-3 Formação da cota-parte do ICMS – Ano 2002

Origem	Valor (R\$)	Part. (%)
Produtos agropecuários	123.282,90	0,6
Indústria	10.889.216,49	55,0
Comércio	1.293.357,67	6,5
Comunicações	-	-
Transporte	396.726,15	2,0
Energia Elétrica	5.914.108,10	29,9
Outros	1.189.020,11	6,0
Total	19.805.711,42	100,0

Fonte: SEFA

Nota: Refere-se a bens e serviços. Excluído recolhimento via bancos

12.2.2.2 Transferências Legais e/ou Voluntárias

As transferências legais são regulamentadas em leis específicas que disciplinam os critérios de habilitação, forma de transferência, formas de aplicação dos recursos e prestação de contas. Incluem-se entre as transferências legais e/ou voluntárias as transferências automáticas (na área de educação) e as transferências fundo a fundo referentes ao repasse do SUS e na área de assistência social. Incluem-se ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual consiste na transferência de recursos financeiros da União destinados exclusivamente à aquisição de gêneros alimentícios para atendimento aos alunos da educação pré-escolar e do ensino fundamental matriculados em escolas do Municípios.

As transferências voluntárias são definidas como a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum e coincidente às três esferas do Governo, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. As transferências voluntárias podem ser operacionalizadas por meio de convênios ou de contratos de repasse. O valor equivalente a Transferências Voluntárias foi neste estudo considerado como o resultado da subtração das transferências constitucionais e legais do valor global das transferências, não estando incluídos no cálculo os valores relativos à rubrica "Restos a pagar não processados" e os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). No ano de 2003 o município arrecadou 548 mil Reais com sob a rubrica Transferências de Convênios.

12.2.3 Receitas Próprias

O estudo do comportamento das receitas próprias é, sem dúvida, de grande importância. Afora a LRF, essas receitas têm papel relevante na definição da

...idade de investimentos do município e na realização do plano diretor e por serem atribuições constitucionais do governo local, em face da autonomia municipal, passíveis de intervenções mais ágeis.

12.2.3.1 Receitas Tributárias

As receitas tributárias compreendem os impostos municipais (IPTU, ISS e ITBI), as taxas (de poder de polícia e pela prestação de serviços) e a contribuição de melhoria. Neste levantamento, os valores correspondentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) foram enquadrados como outras receita tributária.

A tabela 12.2-4 apresenta a evolução da arrecadação dos impostos municipais no período de 2001 a 2003 e as respectivas participações relativas na composição da receita corrente para cada ano. Segundo os dados apresentados houve no Município de Campo Largo um incremento nominal de 38,5% na arrecadação de impostos municipais no período entre os anos 2001 e 2003. Adotando-se o deflator implícito para o período de 21,06% (IPCA), conclui-se que a variação real da arrecadação tributária é 17,4%. Para efeitos de comparação, segundo a Secretaria da Receita Federal, a arrecadação tributária total da média dos municípios brasileiros no mesmo período cresceu em termos nominais 28,8%, quanto à participação relativa da receita tributária relação à receita total, observa-se que para Campo Largo, esta participação foi de 13,14% em 2003. Apesar do crescimento verificado, como no caso da grande maioria dos demais municípios brasileiros de porte similar, o modesto desempenho das receitas tributárias no município e sua pequena evolução frente as crescentes demandas por investimentos e serviços faz, com que, em termos relativos, seja cada vez maior a dependência financeira em relação às receitas de transferências oriundas dos demais entes da Federação, que em sua grande maioria possuem vinculações a despesas específicas.

Tabela 12.2-4 Evolução da Receita Tributária Municipal, anos 2001-2003.

	FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL					
	2001		2002		2003	
	Valor (R\$)	Part. na RC 2001 (%)	Valor (R\$)	Part. na RC 2002 (%)	Valor (R\$)	Part. na RC 2003 (%)
ISQN	2.116.822,73	5,63	2.404.200,00	5,28	3.103.000,00	5,71
IPTU	1.303.216,38	3,47	1.460.957,00	3,21	1.539.000,00	2,83
ITBI	402.760,71	1,07	530.710,00	1,16	427.000,00	0,78
Contribuição de melhoria	0	0,00	0	0	0	0,00
Taxas	736.659,00	1,96	935.556,00	2,05	1.448.000,00	2,66
Outros impostos	508.542,00	1,35	493.433,00	1,08	630.000,00	1,16
Total	5.068.000,00	13,49	5.837.866,00	12,82	7.187.000,00	13,14

Fonte: Prefeitura de Campo Largo, Secretaria de Finanças e Orçamento
SEFA-CAEC

Na análise quantitativa da receita tributária, assim como no caso das receitas por transferência e receita total orçamentária, os valores "per capita" expressam de maneira mais fiel a realidade do município. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda, considerando os valores destas receitas e dados populacionais do Censo-2000, no caso do Município de Campo Largo verifica-se que a receita tributária "per capita" do município (R\$77,46 para o ano de 2003), é significativamente inferior do que a média do conjunto dos municípios brasileiros (R\$110,75 para o ano de 2002) e para a média do conjunto dos municípios do Estado do Paraná (R\$103,16 para o ano de 2001).

O principal tributo do município é o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN ou ISS), o qual no exercício fiscal de 2003 correspondeu a 43,17% da receita

tributária e 5,71% do montante da receita corrente do município. O segundo tributo municipal em importância é o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que em 2003 correspondeu por sua vez 21,41% da receita tributária e 2,83% do montante da receita corrente do município. O terceiro tributo municipal em importância são as taxas que para o mesmo exercício representaram em termos de receita tributária e receita corrente total 20,14% e 2,66% respectivamente. O quarto tributo em importância é o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *inter vivos* (ITBI *inter vivos*). Este tributo representou por sua vez 5,9% da receita tributária do município.

No caso de Campo Largo, visualizando-se a atual situação em termos de gestão tributária, conclui-se a necessidade de implementar ações que objetivem aumentar a receita tributária global, tais como, aumentar a eficácia da fiscalização do ISQN e atualizar o valor do IPTU de forma a buscar-se continuamente menor dependência de receitas de pouco domínio da administração municipal. A elevação das alíquotas dos impostos sobre a propriedade hoje praticadas não deve ser considerada a única possibilidade do Município melhorar sua situação financeira via crescimento da receita própria. O incremento na arrecadação pode ser obtido por outro lado através do aprimoramento, da atualização e da racionalização das normas, dos valores dos dados e dos procedimentos na área da receita. Estas ações devem ser norteadas por princípios de justiça fiscal, identificando e eliminando as deficiências que provocam o menor aporte de receita e a evasão fiscal. Neste contexto, o ponto de partida correto é a discussão sobre o que deve ser feito entre a municipalidade de forma aberta democrática.

Quanto ao ISQN, deve-se ainda buscar incrementar a atualização das informações cadastrais dos contribuintes deste imposto. Para que isso ocorra, a inscrição no cadastro e a alteração dos dados nele existentes devem ser facilitadas visto que manter o cadastro atualizado é o principal instrumento para tributar o ISS de maneira segura e eficiente. A burocratização e a exigência de cumprimentos à normas não tributárias como, por exemplo, condições sanitárias não podem impedir o poder público da obrigação de tributar. Seria importante haver portanto uma total desvinculação do

assim para fins tributários das chamadas posturas municipais e normas administrativas.

Além disso é desejável que programas de cadastramento sejam desenvolvidos permanentemente sobretudo no setor terciário em que a mobilidade dos contribuintes é nacionalmente muito grande (fecham, mudam, desaparecem, etc.).

Ata que no Estado do Paraná os municípios utilizem-se atualmente de Códigos Tributários de certa forma padronizados, é importante salientar que a moderna gestão pública fiscal prega ainda que se busque sempre adaptar o Código de Tributos às reais potencialidades e necessidades do Município com a participação dos cidadãos, ainda que sempre atendendo às normas constitucionais. Tal postura permite à prefeitura ampliar sua arrecadação para melhorar a prestação de serviços sem perder legitimidade.

Além com relação à política tributária do município, esta não pode se restringir ao estabelecimento e administração dos tributos municipais. Auxiliar o governo do Estado na fiscalização do ICMS, estimular a realização de atividades comerciais ou o licenciamento de veículos no município são iniciativas que aumentam, respectivamente, a arrecadação do ICMS e do IPVA. Outras questões ligadas ao aumento da receita tributária passam ainda pelas esferas da gestão da dívida ativa e gestão da cobrança de tributos.

Com relação a taxas e demais contribuições, é importante observar que a cobrança de taxas usando a mesma base de cálculo do Imposto sobre propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que seja uma prática largamente utilizada por Municípios em todo o Brasil, contrariava o dispositivo constitucional que veda a cobrança de tributos diferentes para uma mesma base de cálculo.

12.2.2 Outras Receitas

Além das receitas tributárias, a formação da receita das receitas próprias, é influenciada ainda por outros elementos do Balanço Orçamentário do Município de Campo Largo, também apontam para além das receitas tributárias a participação das receitas patrimoniais, da dívida pública de contribuição e agropecuária na formação da receita própria. No total estas receitas responderam em 2003 por 14,03% do montante da receita corrente do município como mostra a tabela.

Tabela 12.2-5: Evolução da Receita Tributária Municipal, anos 2001-2003.

OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS – 2003		
Receita	Valor (R\$)	Part. na RC 2003 (%)
Receitas patrimoniais	3.288.000,00	6,05
Receitas de contribuição	648.000,00	1,19
Receita Agropecuária	732.000,00	1,34
Receita Industrial	0	0
Receita de Serviços	0	0
Outras Receitas (incl. dívida Ativa, indenizações, etc....)	2.950.000,00	5,43
Total	7.618.000,00	14,03

Fonte: Prefeitura de Campo Largo, Secretaria de Finanças e Orçamento

Com relação a receitas de capital, apesar de estarem inicialmente previstas o município não realizou operações de crédito em 2003, ao contrário de 2002, ano em que houve ingresso aos cofres municipais de R\$639.876,00 através destas operações. Todavia a realização em 2003, operações de transferência de capital intergovernamental e de convênio geraram pequeno saldo de R\$79.000,00 de receitas de capital.

12.2 Despesa e Capacidade de Investimento

Além da avaliação e busca da melhoria das receitas próprias, é fundamental analisar o comprometimento do gasto corrente, que tende a restringir o desenvolvimento de políticas públicas pela limitação da capacidade de investimento.

De acordo com a natureza da despesa municipal, analisando-se as despesas correntes nota-se no geral um significativo comprometimento dos recursos com as despesas de custeio da administração municipal (pessoal, serviços de terceiros, materiais de consumo, etc.), fazendo com que a disponibilidade para investimentos na conta de despesas de capital seja limitada, ou seja limitando a capacidade de investimento municipal. A tabela 12.3-1 demonstra que em 2003 a administração municipal consumiu com despesas correntes (despesas de custeio e pagamentos de transferências) o equivalente a 89,25% da receita corrente do município. Desta forma, no exercício de 2003 teoricamente restaram a prefeitura 10,75% do orçamento anual para despesas que serão gastos com obras, compra de equipamentos, imóveis e outros investimentos, além da amortização de dívidas.

Como efeitos de diretrizes de planejamento e desenvolvimento integrado do município, visando a precaução de admitir como sendo fixa a porcentagem da receita corrente anual que corresponde a capacidade de investimento anual, é possível fazer-se projeções a cerca da capacidade de investimento municipal para os próximos

Tabela 12.3-1: Composição da Despesa – Ano 2003

ESPECIFICAÇÃO	COMPOSIÇÃO DA DESPESA MUNICIPAL – ANO 2003	
	Valores (R\$)	Part. na RCL (%)
DESPESA CORRENTE (I)	48.459.000,00	89,25
Pessoal e encargos sociais	27.195.000,00	50,09
Juros e encargos da dívida	433.000,00	0,79
Demais despesas correntes	20.831.000,00	38,36
DESPESA DE CAPITAL (II)	6.573.000,00	12,10
Investimentos	3.044.000,00	5,60
Inversões financeiras	1.595.000,00	2,93
Amortização de dívida	1.935.000,00	3,56
DESPESA TOTAL LIQUIDADA (I+ II)	55.032.000,00	-

Fonte: Prefeitura Municipal de campo Largo , Secretaria de Finanças e Orçamento

12.3.1 Despesa com pessoal

Os gastos com pessoal para o município de Campo Largo no exercício fiscal de 2003 corresponderam a 48,2% da RCL. Considerando que a LRF estabelece como limite 60% (sendo 54% da receita corrente para o Executivo e 6% para o Legislativo) e que não houve evolução relativa do percentual em relação a anos anteriores, assume-se que a administração municipal vem obtendo êxito na Gestão fiscal em termos de encargos com pessoal. No caso de Campo Largo, assim como na grande maioria dos municípios brasileiros, registra-se que as despesas com pessoal tendem a apresentar um crescimento natural, “vegetativo”, a cada ano, que independem das políticas de reajuste salarial. Tal crescimento decorre de vantagens pessoais às quais os servidores públicos têm direito a cada ano e que, uma vez implementadas, tendem a aumentar, na

média brasileira em torno de 3% o valor global da folha de pagamento. Isto demanda um esforço fiscal adicional das unidades federadas para a contenção dos gastos com a folha de pagamentos. A tabela 12.3-2 apresenta a evolução da despesa anual com pessoal para o caso de Campo Largo.

Ainda com relação a despesas com pessoal é importante salientar que, de acordo com Lei Complementar e emenda constitucional específicas, há limites para despesas com o Legislativo municipal, compreendendo tanto a folha salarial e especificamente os subsídios pagos aos vereadores, como também o orçamento global desse poder que não deve ser superior a 6% da receita corrente líquida. No caso do Município de Campo Largo, o orçamento da câmara de vereadores vem atendendo nos anos analisados aos limites legais tanto em termos de orçamento global quanto com relação ao dispêndio com folha de pagamento.

Tabela 12.3–2: Evolução da Despesas com Pessoal, anos 2001-2003.

	EVOLUÇÃO DA DESPESA REALIZADA COM PESSOAL		
	2001	2002	2003
Despesa Realizada com Pessoal (DP) (valores em R\$ x1000)	19.055	22.275	27.836
Receita Corrente Líquida (RCL) (valores em R\$ x1000)	38.937	46.023	57706
Percentual da Despesa Realizada com Pessoal sobre a RCL	48,9%	48,4%	48,2%

Fonte: Prefeitura de Campo largo
Prefeitura Municipal de Campo Largo, Secretaria de Finanças e Orçamento

2.2.2 Despesa com educação

Das exigências para recebimento de transferências voluntárias, se inclui o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde. O limite estabelecido para gasto com a educação diz respeito ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). De acordo com a Constituição Federal, o município deve destinar à educação, não menos que 25% da sua arrecadação de impostos e transferências. Desses 25%, 60% devem ser destinados ao financiamento do ensino fundamental e os 40% restantes ao financiamento de outros níveis de ensino (ensino infantil).

Além disso, 60% dos recursos do FUNDEF devem ser destinados exclusivamente para pagamento dos salários dos professores, dados os objetivos de valorização do magistério e de melhoria da qualidade do ensino. E, ainda, é fixado um valor mínimo a ser gasto anualmente com cada aluno. Dados dos exercícios fiscais analisados revelam que em 2001, 2002 e 2003 o município investiu na educação 26,8%, 28,5% e 28,1% dos recursos da sua arrecadação de impostos e transferências, superando o mínimo exigido pela lei, sendo também os valores mínimos gastos por aluno respeitados.

2.2.3 Despesa com Saúde e Assistência Social

A Emenda Constitucional da Saúde (EC 29/2000) estabeleceu a vinculação de um percentual dos recursos orçamentários dos diversos níveis de governo – União, Estados e Municípios – para o financiamento da saúde. Para os Municípios, o percentual de vinculação é de 15% de sua receita de impostos e transferências constitucionais. Esse percentual deverá ser atingido no prazo de 5 anos, contados a partir da entrada em vigor da Emenda. Os Municípios que destinavam, no seu primeiro ano, percentuais inferiores a 15% para o financiamento da saúde, devem aumentá-los gradualmente até o 5º ano após a sua aprovação. O Município de Campo Largo vem destinando

percentuais acima dos percentuais fixados em lei para despesas com saúde e saneamento.

Tabela 12.3-3: Despesa realizada com saúde em termos de percentual da RCL
Anos 2001-2003

Exercício	Perc. da RCL mínimo a aplicar (%)	Perc. da RCL aplicado (%)
2000	7,00%	13,44%
2001	13,75%	15,20%
2002	15,00%	15,86%

Fonte: Prefeitura de Campo largo
Prefeitura Municipal de Campo Largo, Secretaria de Finanças e Orçamento

Em termos de gastos com assistência social, verifica-se que de uma forma geral, as despesas sociais tendem a acompanhar o crescimento da receita, demonstrando responsabilidade social por parte da administração municipal.

12.3.4 Despesas segundo a função de governo

De fundamental importância na análise das finanças públicas é a composição das despesas globais, por categoria (função de governo) e elementos. Dados referentes as despesas de 2001 e 2002, apresentados na tabela 12.3-4 e 12.3-5 destacam o nível de prioridade dado pela administração local a duas das funções sociais mais importantes: Educação e Cultura, e Saúde e Saneamento. Isso em grande parte se deve sobretudo por conta do teto mínimo estabelecido pela Constituição Federal para as despesas nesta área.

Tabela 12.3– 4: Despesa municipal por Função – Ano 2001.

ITEM DE DESPESA	VALOR EMPENHADO (R\$)	% da RCL 2001
Administração e planejamento	9.686.836,96	25,8
Educação e cultura	11.518.272,62	30,7
Habitação e urbanismo	1.093.715,76	2,9
Saúde e saneamento	6.918.377,19	18,4
Assistência e previdência	3.876.196,54	10,3
Transporte	1.866.744,45	4,9
Legislativo	1.116.394,34	2,9
Agricultura	1.180.686,02	3,1
Defesa nacional	312.030,09	0,8
Indústria, comércio e serviços	38.308,89	0,1
Energia e recursos minerais	-	-
Judiciária	1.013.422,99	2,7
Comunicações	-	-
Desenvolvimento regional	302.114,42	0,8
Outras	-	-
Total	38.985.100,27	-

Fonte: Prefeitura de Campo largo
 Prefeitura Municipal de Campo Largo, Secretaria de Finanças e Orçamento

Tabela 12.3– 5: Despesa Geral por Elementos – Empenhado 2002.

ITEM DE DESPESA	VALOR EMPENHADO (R\$)	%
Pessoal	19.543.337,00	43,03
Encargos Sociais	2.341.895,00	5,16
Materiais de Consumo	5.349.643,00	11,78
Serviços de Terceiros – Física	1.118.883,00	2,46
Serviços de Terceiros – Jurídico	6.461.228,00	14,23
Obrigações Tributárias. e Contributivas	511.794,00	1,13
Dívida Pública	2.057.416,00	4,52
Sentenças Judiciais	136.503,00	0,30
Investimentos	5.573.527,00	12,27
Aquisição de Imóveis	1.089.000,00	2,40
Outras Despesas	1.237.466,00	2,72
Reserva de Contingência	0	0
TOTAL	45.420.692,00	100

Fonte: Prefeitura de Campo Largo
Prefeitura Municipal de Campo Largo, Secretaria de Finanças e Orçamento

12.4 Dívida Consolidada Líquida (DCL), Resultados Primário e Resultado Nominal

A dívida consolidada líquida corresponde à dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, considerando-se ainda as obrigações a pagar que deverão ser deduzidas das disponibilidades financeiras.

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 40/20001, até quinze anos após a sanção dessa Resolução, o limite máximo de endividamento para os municípios corresponde a 1,2 vezes o valor de sua RCL anual. Além disso, segundo a legislação atual, o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada não deve exceder 11,5% da RCL, enquanto que o limite para concessão de garantias fica limitado a 22% da RCL. É importante ainda observar que o limite para saldo devedor nas operações de antecipação de receita orçamentária também ficam regulamentadas: devem corresponder no máximo a 7% da RCL. O limite para contratação de operações de crédito num exercício financeiro é de 16% da receita corrente líquida. no exercício fiscal de 2003, a dívida consolidada do município correspondeu a R\$10.639.000,00, que correspondeu a 18,44% da RCL, bem abaixo portanto dos 120% de limite impostos pela legislação.

A tabela 12.4-1 apresenta os valores desembolsados referentes apagamentos de juros e amortizações da dívida consolidada do município. O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada manteve-se em 2003 em torno dos 4,3% da RCL, bem distante dos 11,5% limitados pela legislação.

Tabela 12.4-1 Valores pagos da Dívida Pública – anos 2001-2003 .

EXERCÍCIO	VALORES (R\$)	Porcentagem sobre RCL	Porcentagem sobre a-Despesa Total Empenhada
2001	1.592.826,37	4,30%	4,59%
2002	2.057.416,15	4,47%	4,53%
2003	2.368.000,00	4,36%	4,30%

Fonte: Prefeitura de Campo largo
Prefeitura Municipal de Campo Largo, Secretaria de Finanças e Orçamento

Por definição, o Resultado Primário representa a diferença entre as receitas não financeiras (mais as receitas de alienações de bens) e as despesas não financeiras. Do ponto de vista econômico, representa o quanto a dívida de um ente público aumentou ou diminuiu em um determinado período. Neste caso a partir do Balanço do Município de Campo Largo identifica-se as receitas e despesas de ordem financeira, excluindo-as do total de receitas e despesas, a fim de obter-se o valor do Resultado Primário. No exercício de 2003, o Município de Campo Largo contabilizou resultado primário final de R\$2.010.000,00.

Com relação ao Resultado Nominal, este é identificável a partir do Resultado Primário. Neste caso encontramos o Resultado Nominal a partir do inverso (sinal trocado) da equação: Resultado Nominal = Resultado Primário – Juros Líquidos. No caso de Campo Largo, o final do exercício de 2003 contabilizou resultado nominal negativo em R\$5.231.000,00

12.5 Participação popular na Gestão Orçamentária

Segundo os preceitos da LRF, a transparência na gestão fiscal somente é alcançada através do conhecimento e da participação da sociedade, assim como na ampla publicidade que deve cercar todos os atos e fatos ligados à arrecadação de receitas e à realização de despesas pelo poder público. Para esse fim, torna-se primordial instituir ou reforçar a aplicação dos mecanismos foram instituídos pela LRF, dentre eles:

- participação popular na discussão e elaboração dos planos e orçamentos já referidos;
- disponibilidade das contas dos administradores, durante todo o exercício, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade;
- emissão de relatórios periódicos de gestão fiscal e de execução orçamentária, igualmente de acesso público e ampla divulgação.

O município de Campo Largo vem atendendo a exigências acima da LRF, todavia percebe-se que caso o município fizesse uso das últimas inovações em termos de



participação popular, como ferramentas de Tecnologia de Informação por exemplo, a comunidade teria o acesso não somente a atos e fatos ligados à arrecadação de receitas e à realização de despesas pelo poder público, mas também a melhores informações a cerca dos programas em execução e em implantação das demais esferas da administração, favorecendo o aumento do envolvimento da sociedade nos processos políticos e locais de tomada de decisão na administração municipal.

13. ASPECTOS AMBIENTAIS

12. ASPECTOS AMBIENTAIS

Campo Largo, assim como a maioria dos municípios do Paraná, possui grande potencial ambiental e sua preservação e sua sustentabilidade ambiental, a Prefeitura municipal, através do órgão responsável pelas atividades e das diretrizes, tem como uma das principais prioridades a preservação dos recursos naturais que o município possui, com a criação de áreas de preservação ambiental, com o Parque Municipal (Parque Natural do Açúcar) em sua história.

Esta seção tem como objetivo diagnosticar a situação ambiental do município de Campo Largo, a fim de subsidiar a elaboração de políticas públicas, visando ao desenvolvimento urbano sustentável, com o uso racional dos recursos naturais.

12.1 ASPECTOS LEGAIS

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Prefeitura de Campo Largo apresenta a análise das propostas de desenvolvimento que buscam o crescimento econômico, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, considerando o uso e a conservação dos recursos naturais existentes no município. Assim, este plano é desenvolvido sob uma visão dos aspectos e fatores legais.

Como resultado desse processo de desenvolvimento sustentável, as principais diretrizes devem ser as seguintes: garantir o planejamento, observando as necessidades de recursos ambientais, físicos, econômicos e sociais, dentro da estratégia desenvolvimento.

A implementação de medidas legais no planejamento urbano tem como objetivo desenvolver as responsabilidades do município e da comunidade, visando ao desenvolvimento e a preservação do meio ambiente.

Assim, considerando as normas legais, técnicas e regulamentares, a Prefeitura Municipal de Campo Largo, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tem como objetivo:

13. ASPECTOS AMBIENTAIS

13. ASPECTOS AMBIENTAIS

Campo Largo, assim como a maioria das cidades do Paraná, sofreu grande pressão antrópica o que provocou a sua descaracterização ambiental. A Prefeitura municipal não possui o registro das alterações e das degradações que ocorrem no município, fato muito grave se considerarmos que o município possui duas APA's (Rio Verde e Passaúna) e um Parque Nacional (Parque Nacional do Açungui) em seu território.

Para que se possa diagnosticar a situação ambiental do território de Campo Largo, é necessário que se faça uma análise jurídica relativa ao desenvolvimento urbano consorciado com o meio ambiente.

13.1 ASPECTOS LEGAIS

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Largo contempla a análise das perspectivas de desenvolvimento que buscam o crescimento econômico sob a ótica do desenvolvimento sustentável, compatibilizando o uso e a ocupação atual dos seus espaços considerando os recursos naturais: água, solo, fauna e flora, imprescindíveis ao bem estar das presentes e futuras gerações.

Compatibilizar meio ambiente e desenvolvimento significa considerar os problemas ambientais dentro de um processo contínuo de planejamento, observando as inter-relações do contexto sociocultural, político, econômico e ecológico, dentro da dimensão tempo-espço.

A apresentação de normas legais no planejamento urbano tem como objetivo demonstrar as responsabilidades do município e da comunidade quanto ao planejamento e a implantação de projetos, que possam acarretar modificações ao ambiente, considerando os meios físico, biológico e sócio-econômico, conforme determina a lei.

ÂMBITO INTERNACIONAL

Partindo-se dos tratados internacionais que dispõe sobre o meio ambiente, a Carta das Nações Unidas/1945 declarou que os Estados têm direito soberano de explorar seus próprios recursos, de acordo com a sua política ambiental. Em seguida a Declaração de Estocolmo/1972 determinou que as políticas ambientais de todos os países deveriam melhorar e não afetar, adversamente, o potencial desenvolvimentista atual e futuro dos países em desenvolvimento. Os recursos obtidos se destinariam à preservação e ao melhoramento do meio ambiente, a fim de lograr um ordenamento mais racional dos recursos e, assim, melhorar as condições ambientais. Os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado da planificação de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade do desenvolvimento, com a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano, em benefício de sua população.

Um documento mais recente e de grande importância é a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Agenda 21, que propõem como diretriz fundamental o desenvolvimento sustentável. Neste, além de salientar as propostas da Declaração de Estocolmo, propõe o melhoramento ao acesso das informações relativas ao meio ambiente e se refere a integração entre meio ambiente e o desenvolvimento na tomada de decisões, mantendo-se uma abordagem integrada do planejamento e do gerenciamento dos recursos terrestres.

ÂMBITO NACIONAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA BRASILEIRA (1988)

A Constituição Federal (1988), no Capítulo VI – “Do Meio Ambiente” – assegura a todos o direito “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” e estabelece as diretrizes para a exploração racional e menos nociva dos recursos naturais encontrados no território nacional.

Referindo-se à política urbana, o Art. 182 propõe a Política de Desenvolvimento Urbano, que é executada pelo Poder Público Municipal e, que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade além de garantir o bem estar de seus habitantes. Determina como instrumento da política de desenvolvimento e de expansão urbana, o Plano Diretor, o qual garantirá à propriedade urbana o cumprimento da sua função social.

A Constituição de 1988 é a primeira na história do Brasil e uma das únicas do mundo a tratar deliberadamente da questão ambiental em capítulo específico. O Capítulo VI, do Título VIII em seu artigo 225 discorre sobre o tema, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

LEIS E DECRETOS FEDERAIS

Proteção da Fauna e da Flora

Em fevereiro de 1988 foi promulgada a Lei Federal n.º 9.605, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Esta define a aplicação de multas e de demais instrumentos punitivos às pessoas e/ou instituições que pratiquem atos de degradação do meio ambiente, especificando em seu capítulo V, Seções I e II, os crimes e as punições referentes a agressões sobre a fauna e flora respectivamente.

Quanto à legislação específica sobre a fauna e a flora, ela dispõe regulamentos de forma diferenciada para cada categoria conforme apresentado a seguir.

FAUNA

A Lei Federal n.º 9.605, de 1998, determina que:

“São espécies da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou em parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.”

O principal instrumento jurídico que regulamenta a proteção à fauna é datado de 03 de janeiro de 1967 e consiste na Lei Federal n.º 5.197. Nela estão especificadas e estabelecidas as normas de proteção e as premissas básicas de defesa da vida animal. Devido à ausência de normas referentes ao ambiente aquático nesta Lei, em 12 de Fevereiro de 1988 foi promulgada a Lei Federal n.º 7.653, que altera e complementa a primeira, inserindo nela instrumentos legais referentes à fauna íctica e definindo punições para ações agressivas à fauna como um todo.

Na Lei n.º 5.167/67 fica estabelecido que todos os animais que vivem naturalmente fora do cativeiro são propriedade do Estado, ocorrendo o mesmo com seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, sendo proibida sua utilização, caça, perseguição, destruição ou apanha.

É importante destacar que a União, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, organizou uma lista de espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, sendo atualizada periodicamente. As Portarias do IBAMA n.º 1.522/89, 45/92 e 62/97 tratam do tema.

FLORA E FAUNA

Os principais instrumentos de proteção e normatização do uso dos recursos florísticos do país estão concentrados na Lei Federal n.º 4.771, de 1965, quando instituiu-se o Código Florestal, que em seu Artigo 1º estabelece-se que:

“as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.”

No Artigo 2º são definidas as florestas e as demais formas de vegetação natural consideradas de preservação permanente, dentre as quais aquelas localizadas ao longo dos rios e de qualquer curso d'água, ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, nas nascentes, no topo de morros, montes, montanhas e serras, entre outras especificações apresentadas neste artigo.

O Código Florestal imputa ao Poder Público a prerrogativa de declarar áreas de preservação permanentes segundo critérios definidos no artigo 3 desta Lei, e define que a supressão destas áreas para a execução de obras, planos, atividades, projetos de utilidade pública ou interesse social só são possíveis através da autorização prévia do Poder Executivo Federal. No Art. 5º expõe a responsabilidade do Poder Público quanto a criação e a administração de Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais.

O Código ainda determina a proteção das florestas nativas, exigindo das propriedades rurais a preservação de no mínimo 20% da cobertura arbórea, a qual não pode ser comercializada.

DECLIVIDADES

As restrições à ocupação de encostas, constam em leis de nível federal sendo, na grande maioria dos casos, as restrições vinculadas à inclinação das vertentes ou porcentagens de declividade.

A Lei Federal nº 4.771/65 (Código Florestal e a Medida Provisória nº 2166/67, de agosto de 2001) no Artigo 2º - item " e " considera que são áreas de preservação permanente as encostas ou partes destas com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive".

No Artigo 10º esclarece que não é permitida a derrubada de florestas situadas em áreas de inclinação entre 25º e 45º (entre 46% e 100%), só sendo nelas toleradas a extração de toras quando em regime de utilização racional, que vise a rendimentos permanentes.

Na Lei Federal Nº. 6.766/79 (Lei Lehmann), no Artigo 3º - item III determina que não será permitido o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes."

Deve-se observar que a restrição ao parcelamento do solo em áreas com declividade superior a 30% não é excludente e, sim, condicionada. Ela torna obrigatória a adoção de medidas específicas de controle da erosão, que devem ser definidas pelo Estado.

O Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição

A Lei nº 6.803 de 1980 repassa aos Estados federados a responsabilidade de estabelecer limites e padrões ambientais para instalação e licenciamento de

indústrias, criando três classes de zonas: a) de uso estritamente industrial; b) de uso predominantemente industrial; c) de uso diversificado.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – define a Educação Ambiental como sendo um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

A Lei nº 6.938 de 31 de Agosto de 1981 estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Constituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA – e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

A Política Nacional do Meio Ambiente tem como objetivo a compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio. Para tanto, ficou estabelecido nesta Lei o objetivo de definir as áreas prioritárias de ação governamental, o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais, orientadas para o uso racional de recursos ambientais, a divulgação de dados, informações ambientais e da formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico. Estabelece, ainda, a imposição ao poluidor da obrigação de recuperar e de indenizar os danos causados ao meio ambiente e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

O Art. 9º estabelece os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e, entre estes, podemos citar o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais, a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, a criação do sistema nacional de informações sobre o meio ambiente, a

instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, - IBAMA.

No Sistema Nacional do Meio Ambiente o município é considerado um órgão local e é responsável pelo controle e pela fiscalização do meio ambiente, podendo, ainda, elaborar normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente. Incorpora a responsabilidade objetiva que determina, que independente de culpa, o poluidor deve indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente ou a terceiros. Estabelece também a Licença Ambiental e a Avaliação de Impacto Ambiental, que devem ser apresentados e obtidos antes da implantação de qualquer atividade econômica potencialmente poluidora.

A AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A Lei 7.347/85 regulamenta a ação civil pública, que pode ser ajuizada pelo Ministério Público, órgãos públicos e associações legitimadas legalmente, permitindo a qualquer cidadão representar a esses organismos governamentais na ocorrência de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico.

Resolução CONAMA Nº 11/1987

No Art. 1º desta Resolução estão citadas as categorias declaradas como Unidades de Conservação, são elas: as Estações Ecológicas, as Reservas Ecológicas, as Áreas de Proteção Ambiental, os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, as Reservas Biológicas, as Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, os Monumentos Naturais, os Jardins Botânicos, os Jardins Zoológicos, e os Hortos Florestais.

Resolução CONAMA Nº 10/1988

Esta Resolução define as Áreas de Preservação Ambiental – APA's, como unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais. Visando atender aos seus objetivos, as APA's terão sempre um zoneamento ecológico-econômico.

Qualquer que seja a situação dominial de uma área, a mesma poderá fazer parte de uma APA se houver na área decretada outra unidade de conservação, de manejo, ou outras situações especiais de proteção ambiental, administradas efetivamente pelo Poder Público, as mesmas serão consideradas como zonas de usos especiais. Em relação às atividades antrópicas realizadas nas zonas especiais, a administração da APA terá sempre ação supletiva, para assegurar que os objetivos previstos na Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, sejam mantidos.

As Reservas Ecológicas públicas ou privadas, assim consideradas de acordo com o Decreto Federal nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984, e outras áreas com proteção legal equivalente, existentes em território das APA's, constituirão as Zonas de Preservação de Vida Silvestre. Nela serão proibidas as atividades que importem na alteração antrópica da biota.

Para os efeitos desta Resolução, não é admitida nessa à sua utilização, inclusive no que se refere ao seu poder residual. A Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA relaciona as classes de agrotóxicos de uso permitido nas APA's.

Quanto ao planejamento o Art. 8º desta resolução estabelece que nenhum projeto de urbanização poderá ser implantado em uma APA, sem a prévia autorização de sua entidade administrativa, que exigirá: a adequação com o zoneamento ecológico-econômico da área, a implantação de sistema de coleta e tratamento de esgotos, o sistema de vias públicas sempre que possível e curvas de nível e rampas suaves com galerias de águas pluviais, os lotes de tamanho mínimo suficiente para o plantio

de árvores em pelo menos 20% (vinte por cento) da área do terreno, programação de plantio de áreas verdes com uso de espécies nativas, traçado de ruas e lotes comercializáveis em áreas cuja topografia possua inclinação inferior a 10% (dez por cento).

Proteção dos Recursos Hídricos

A LEI DAS ÁGUAS

O artigo 21 da Constituição do Brasil (1988), em seu inciso XIX, define que compete à União instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.

Estas disposições expõem, com clareza, a posição estratégica que ocupa o uso e a manipulação dos recursos hídricos no território nacional. No entanto, apenas em 08 de Janeiro de 1997, na Lei Federal n.º 9.433, esta matéria foi devidamente regulamentada, quando se instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou-se o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

São objetivos desta lei assegurar a disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável e a prevenção e defesa dos recursos hídricos contra, eventos críticos de origem natural, ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

A implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos fica sob a responsabilidade do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, criado nesta Lei, que além desta função deverá também coordenar a gestão integrada das águas, planejar, regular, controlar o uso, a preservação, recuperação, promover a cobrança pelo uso e arbitrar os conflitos relacionados com os recursos hídricos.

Em função disto, os desdobramentos e consequências desta Lei mostram-se ainda nebulosos, devido grande parte à sua brevidade, mas percebe-se desde já que os recursos hídricos terão sua utilização regulamentada, atribuindo responsabilidades, competências, punições, compensações, enfim, a organização adequada para lidar com este recurso natural e potencializar seu uso para efeito de saneamento básico, abastecimento, geração de energia elétrica, irrigação, indústria e dessedentação de animais.

LEI FEDERAL Nº 9.875 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979

Esta Lei já alterada pela Lei nº 9.875, de 29 de Janeiro de 1999, dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e diz que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares, relativas ao parcelamento do solo municipal, para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais.

O Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/01)

O Estatuto da Cidade tem como principal finalidade regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, procurando, ainda, do equilíbrio ambiental (Art.1º, parágrafo único). Para a consecução da política urbana estabelece, em seu art. 2º, várias diretrizes, entre elas, a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e as futuras gerações; o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; a ordenação e o controle do uso do solo, de forma a evitar danos ambientais: proteger, preservar e recuperar o meio ambiente natural e construído, o patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

O Estatuto visa o planejamento municipal, em especial o zoneamento ambiental e prevê o estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de localização (EIV).

ACONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

A Constituição do Estado do Paraná em seu Art. 207, afirma que todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

Leis e Decretos do Estado do Paraná

A LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS

A Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1.998, regulamentada pelo Decreto 3.179, de 21 de setembro de 1999, estabelece punições penais e administrativas para o descumprimento da legislação. A proteção à fauna e à flora ganha um apoio efetivo, pois a lei considera crime passível de multa e detenção modificar, danificar ou destruir ninho, abrigo ou criadouro natural; destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la infringindo as normas de proteção; cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente; causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação, entendidas como: Reservas Biológicas, Reservas Ecológicas, Estações Ecológicas, Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interessante Ecológico e Reservas Extrativistas; provocar incêndio em mata ou floresta; fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano; extrair de florestas de

domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécies de minerais.

O Decreto nº 750 de 10 de fevereiro de 1993, estabelece critérios e limites para a exploração e supressão de vegetação primária ou em estágio avançado de regeneração da Mata Atlântica. Em área de floresta nativa primária, isto é, não alterada, fica proibida a supressão de vegetação.

Quanto à fauna a Lei Estadual n.º 8.946, de 1989, proíbe a caça e pesca predatórias em território paranaense e a Lei Estadual n.º 11.067, de 1995, dispõe sobre a proibição de coleta, utilização, perseguição, apanha de exemplares da fauna ameaçados de extinção, como também a comercialização e atividades que impliquem nos termos de proibição.

OS MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

No Estado do Paraná foi aprovado a Lei Estadual nº 12.726/99 destinada a disciplinar o uso e o manejo dos recursos hídricos em território paranaense, fortalecendo as disposições e diretrizes da Lei Federal n.º 9.433/97.

Possuindo grande parte de seu território incidindo sobre os mananciais hídricos da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) o Decreto Estadual nº. 1751/96 responsabiliza o Estado na proteção do recurso natural mais precioso do Planeta – a água.

A Lei nº 12.248 de 31 de julho de 1998 cria o Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da RMC. com o objetivo de assegurar as condições essenciais à recuperação e preservação dos mananciais para o abastecimento público e compatibilizar as ações de proteção ao meio ambiente e de preservação de mananciais de abastecimento público com a política de uso e ocupação do solo e com o desenvolvimento sócio-econômico, sem prejuízo dos demais usos múltiplos.

O Art 10 desta lei constitui as áreas de Restrição à Ocupação que são as faixas de drenagem dos corpos d'água conforme definidas em legislação própria, as áreas cobertas por matas, as áreas com declividades superiores a 30 %, as áreas do entorno dos reservatórios, as áreas sujeitas à inundação e outras áreas de interesse a serem incluídas mediante aprovação do CGM-RMC.

LEI DO ICMS ECOLÓGICO

A Lei Complementar nº 59/91, conhecida como lei do ICMS Ecológico, ou ainda, Lei Beraldin, estabelece que dentre o valor do ICMS arrecadado pelo Estado do Paraná, um percentual de 5% será dividido proporcionalmente entre os municípios que abriguem em seu território mananciais de abastecimento público de interesse de municípios vizinhos, unidades de conservação ambiental e demais áreas florestadas

Leis e Decretos do Município de Campo Largo

Lei Orgânica do Município de Campo Largo

A Lei Orgânica do Município de Campo Largo propõe, em seus Artigos 10 e 11 que é de competência comum do Município, juntamente com a União e o Estado impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural do Município, além de proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas e garantir a qualidade de vida. Considerando como bens públicos municipais e, de uso comum do povo, os rios, as estradas, as ruas e as praças.

O Art. 213 desta lei estabelece que a política econômica, agrária e agrícola do Município, na promoção do desenvolvimento econômico, agirá, sem prejuízo de outras iniciativas, no sentido de racionalizar a utilização de recursos naturais, renováveis e de proteger o meio ambiente.

Quanto a política ambiental o Art. 233 explica que o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e, ainda, quando for o caso, com outros municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental. O Art. 234 desta Lei declara que o Município deverá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações significativas no meio ambiente. Estabelece, em seu Art. 235, que o Município deverá promover a ordenação de seu território, definindo zoneamentos e diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção dos recursos naturais, em consonância com o disposto na legislação estadual pertinente. O Art. 236 cria um cargo de geólogo municipal, com o objetivo de fiscalizar e prestar as devidas informações sobre a produção mineral do Município.

A Lei Orgânica obriga as empresas permissionárias ou concessionárias de serviços públicos a atender rigorosamente aos dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob pena de não ser renovada a concessão ou a permissão, por parte do Município.

No Art. 240 o Município assegura a participação das entidades representativas da comunidade no planejamento e na fiscalização de proteção ambiental, garantindo o amplo acesso dos interessados às informações sobre as fontes de poluição e degradação ambiental ao seu dispor.

É de competência do Município a fiscalização e a orientação para a exploração racional de seus recursos naturais renováveis, a manutenção da reserva legal, das matas ciliares nos mananciais de abastecimento de água potável e as atividades mineradoras deverão harmonizar a extração com a preservação do meio ambiente.

O Art. 244 esclarece que é através do Plano Diretor que serão delimitadas as áreas para reflorestamentos, tendo prioridade nas delimitações as microbacias dos rios Itaquí, Passaúna e Rio Verde.

Outras Leis Municipais

Em análise às Leis do município de Campo Largo, observa-se que havia uma grande preocupação com o uso racional dos seus recursos naturais. Através da Lei nº 392 de 20 de dezembro de 1977, foi instituído o código de posturas do município de Campo Largo e no capítulo iv onde se refere ao CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL estabelece a proibição de qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente. A Lei nº 469 de 05 de dezembro de 1979, cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA que é um órgão consultivo e de assessoramento da prefeitura municipal de Campo Largo, em questões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate à poluição ambiental. Podendo inclusive estabelecer condições para o funcionamento das empresas.

A Lei nº 896 de 10 de dezembro de 1990 autoriza o Poder Executivo Municipal a participar de Consórcio Intermunicipal, podendo participar de consórcios com outros Municípios, para elaborar e executar planos, programas e projetos conjuntamente, visando a melhoria das condições ambientais e de vida na Bacia do Rio Iguaçu.

A Lei nº 1.154 de 20 de novembro de 1995 promove a destinação adequada dos recursos, provenientes da Lei Estadual Complementar nº. 59/91, autorizando o Poder Executivo Municipal a destinar 20% (vinte por cento) dos recursos financeiros que vierem a ser repassados, em função da unidade de conservação denominada APA da Escarpa Devoniana do Estado do Paraná, para o planejamento, a implementação, a manutenção e a divulgação do empreendimento em referência, assim como, para as ações administrativas que se fizerem necessárias à proteção do meio ambiente.

A Lei nº 1.229 de 13 de novembro de 1996 cria o Parque Cambuí de Campo Largo (PGCL), o Conselho Gestor do Parque Cambuí de Campo Largo (CGPCCL) e o Fundo Municipal do Parque Cambuí de Campo Largo (FMPC).

A Lei nº 1.325 de 15 de abril de 1998 autoriza o Poder Executivo Municipal a receber doações e a comercializar material lenhoso e mudas de essências nativas e exóticas.

A Lei nº 1.342 de 01 de julho de 1998 dispõe sobre atos de limpeza pública, proibindo o depósito ou lançamento de papéis, latas, restos ou lixo de qualquer natureza, fora dos recipientes apropriados, em vias, calçadas, praças e demais logradouros públicos causando danos à conservação da limpeza urbana. Proíbe o depósito ou lançamento em quaisquer áreas públicas ou terrenos, edificadas ou não, resíduos de qualquer natureza que causem prejuízo a limpeza urbana ou ao meio ambiente, além de sujar logradouros ou vias públicas, em decorrência de obras ou desmatamento. Proíbe ainda, o depósito ou o lançamento de resíduos de qualquer natureza que causem prejuízo à limpeza urbana ou ao meio ambiente, em riachos, córregos, lagos, rios, ou às suas margens.

Os mercados, supermercados, matadouros, açougues, peixarias e estabelecimentos similares, existentes no município, deverão acondicionar o lixo produzido em sacos plásticos manufaturados para este fim dispondo-os em horário e local determinados para recolhimento.

Todas as empresas que comercializam agrotóxicos e produtos fito-sanitários terão responsabilidade sobre os resíduos por eles produzidos, seja em sua comercialização ou em seu manuseio.

O Município, juntamente com a comunidade organizada, desenvolverá uma política de ações diversas que visem à conscientização da população sobre a importância da adoção de hábitos corretos em relação à limpeza urbana.

13.2 DIAGNÓSTICO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Observando-se a evolução da ocupação do solo, este foi realizada no estímulo da produção primária, com base no aumento da área plantada, em um processo de maximização horizontal do solo, levando as culturas agrícolas a cobrirem

praticamente todo o espaço físico das propriedades rurais. Para tanto, os desmatamentos tornaram-se generalizados, não respeitando sequer as florestas existentes margens dos rios.

Essa forma de ocupação, além dos intrínsecos impactos relacionados à perda de diversidade biológica com respectivo comprometimento dos ecossistemas, incrementou a degradação do solo e o assoreamento dos rios, alterando significativamente a qualidade dos ambientes naturais, principalmente em áreas de mananciais hídricos para o abastecimento público.

A consequência da remoção da cobertura vegetal de grande parte da região é fator preponderante para a redução da diversidade de espécies, além da perda da qualidade das águas e o empobrecimento dos solos, dentre outros. A vegetação ciliar, de fundamental importância na manutenção do equilíbrio ecológico, foi seriamente impactada. A presença de ocupações irregulares foi observada em grande quantidade nos loteamentos existentes, inclusive no Parque Cambuí. As ocupações irregulares ocorrem em áreas de fundo de vale, públicas ou privadas, as quais se configuram como áreas de risco para os mananciais e para a própria população ocupante.

Campo Largo apresenta problemas de infra-estrutura de saneamento básico especialmente de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais, resultando em poluição de vários graus, principalmente nas ocupações que ocorrem nos solos aluvionares.

Durante o processo de construção do diagnóstico, em campo, foram identificadas atividades, tais como áreas mineradas abandonadas ou em processo de abandono, indústrias localizadas em áreas muito próximas a cursos d'água, além de vários cemitérios ainda não licenciados pelo IAP – Resolução 027/2003 da SEMA. Foi também observado o uso intensivo de produtos agroquímicos e o manejo inadequado do solo nas áreas rurais.

A falta de cuidado por parte dos poderes públicos, bem como pela sociedade, com relação ao meio ambiente, é facilmente constatado, apesar de em muitas situações,

a degradação ambiental afetar de forma direta a própria qualidade de vida do homem. No campo, a degradação vem sendo associada à intensa retirada da cobertura vegetal para comercialização ou para introdução de pastagens, cultivos agrícolas a base de agroquímicos, além da existência de uso inadequado dos recursos hídricos. Porém, é na cidade, onde os aspectos de degradações ambientais têm sido mais contundentes e preocupantes para a sociedade, sendo representada pela contaminação dos corpos d'água, pela poluição atmosférica, pela impermeabilização do solo, pela retirada indiscriminada da cobertura vegetal, com a conseqüente redução dos habitats silvestres, do desconforto térmico, da erosão do solo, da presença de lixo em ruas, lotes vagos, fundos de vales, entre outros.

13.3 AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

As Áreas de Preservação Permanente (APP's) são as florestas e demais formas de vegetação situadas nas áreas citadas nos artigos 2º. e 3º. da Lei Federal Nº. 4.771 de 15 de setembro de 1965.

No Estado do Paraná as APPs são regidas pelo decreto 387/99 e pela Portaria nº 100/99. A primeira institui o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente, integrado ao Programa de Conservação da Biodiversidade (Rede da Biodiversidade), Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória (SERFLOR), Programa Estadual de Desenvolvimento Florestal (PRODEFLO) e Programa Florestas Municipais. A Portaria nº 100/99 regulamenta o SISLEG -Sistema de manutenção, recuperação e proteção da reserva florestal legal e áreas de preservação permanente no Estado do Paraná.

O mapeamento das Áreas de Preservação Permanente foi baseado nos mapas de Hidrografia associado à cobertura vegetal. Com base na Legislação Ambiental, foram consideradas Áreas de Preservação Permanente as florestas e demais formas de vegetação situadas na margem de cursos d'água, lagoas ou reservatórios.

A largura da faixa marginal a ser preservada depende da largura do curso d'água (Tabela 13.3-1), e da localização e superfície da lagoa ou reservatório (Tabela 10.2-2). Deve, ainda, ser considerada a área situada em um raio de 50 m das nascentes e as áreas com declividades superiores a 45°.

Tabela 13.3-1. Largura da faixa marginal considerada Área de Preservação Permanente em função da largura dos cursos d'água.

Largura do curso d'água (m)	Largura da faixa marginal (m)
< 10	30
10 – 50	50
50 – 200	100
200 - 600	200
> 600	500

Tabela 13.3-2. Largura da faixa marginal considerada Área de Preservação Permanente em função da localização e superfície das lagoas ou reservatórios.

Localização em área	Superfície (ha)	Largura da faixa marginal (m)
Urbana	---	30
Rural	< 20	50
Rural	≥ 20	100

A partir da sobreposição do mapa de vegetação, em todos os seu estágios sucessionais, com o mapa de hidrografia pode-se determinar a proporção de cada tipologia vegetal nessas áreas, onde o esperado, conforme a legislação, é que tais áreas se encontrassem inteiramente cobertas por categorias de vegetação nativa. Observa-se que os rios encontram-se desprovidos de proteção florestal em vários locais, no que se refere às áreas de preservação permanente a maioria da cobertura

A floresta é composta por mata secundária em estágio de regeneração, havendo a necessidade de recomposição em alguns pontos e manutenção da cobertura para que haja um maior desenvolvimento arbóreo e diversificado. O maior problema ocorre nos locais onde a área de preservação permanente é utilizada para cultivo agrícola e/ou pastagem e em alguns casos como depósitos de lixo irregulares.

Pastagens e cultivos agrícolas foram as classes predominantes nas Áreas de Preservação Permanente, revelando que grande parte da exploração agropecuária no município é realizada sem respeitar a faixa mínima de vegetação marginal dos cursos d'água e lagoas. De um modo geral a vegetação existente e predominante é a que está em estágio inicial ou médio, com menos de 50 anos, indicando intensa modificação cultural.

A importância das matas ciliares está na manutenção da qualidade das águas, na estabilidade das margens dos cursos d'água e constituem habitats indispensáveis para muitas espécies da fauna silvestre. A sua ausência indica uma alta suscetibilidade ao carreamento de sedimentos, nutrientes e pesticidas para dentro dos cursos d'água. A vegetação nativa ocupa apenas 10,3% das APPs, enquanto que o esperado, conforme a legislação, é de que houvesse ocupado a totalidade da área, indicando uma alta necessidade de promover o plantio de vegetação nativa nas APPs, acelerando o processo de reflorestamento nessas áreas e minimizando a degradação ambiental atual no município.

Figura 13.3-1: Madeira Retirada de Área de Preservação Permanente do Rio Verde.



13.4 REMANESCENTES FLORESTAIS DO MUNICÍPIO

Em Campo Largo observa-se que os remanescentes florestais estão, em sua maioria, relacionados às área de formação cárstica, devido à dificuldade de ocupação desses ambientes, em função de que seu relevo é muito acidentado, da grande quantidade de afloramentos rochosos e conseqüente delgada camada de solo.

A diminuição da área verde no município não se restringe apenas à área urbana. O histórico da degradação ambiental experimentado pelos sistemas cársticos foi responsável pela modificação do estado de naturalidade da paisagem original, substituindo-a por fisionomias agrosilvipastoris. Como conseqüência a flora e a fauna originais foram reduzidas a poucos representantes, fato sentido principalmente no conjunto dos mamíferos, aves e da vegetação arbórea.

Na sede do município e no distrito de Ferrara existe um total de 0,33 km² de áreas verdes. Considerando que a sede e o distrito de Ferrara possuem aproximadamente 100 km², observa-se que restou apenas 0,33 % de área verde.

A seguir estão relacionadas os parques e as praças existentes no município.

Parque da Lagoa

Parque Cambuí

O Parque do Mate

O Parque Histórico do Mate é uma unidade da Secretaria de Estado da Cultura ligada ao Museu Paranaense. O parque possui 31,7 hectares de extensa área verde com árvores nativas, lago, área de lazer e edificações. A edificação principal, onde está instalado o Museu, é o resultado de restauração de antigo Engenho de Mate, construído na segunda metade do século XIX

Figura 13.4-1: Antigo Engenho de Mate.



No museu do Parque Histórico do Mate estão expostos objetos que descrevem o processo de produção da erva-mate, assim como demonstram sua importância na vida paranaense, desde o tempo em que era bebida apenas pelos índios. Também fazem parte do conjunto dessa exposição permanente o barbaquá e o barracão que contêm objetos de transporte da erva-mate.

O parque necessita de uma restauração, o edifício do engenho encontra-se temporariamente fechado para exposições. A exposição realizada anteriormente nesse local está sendo apresentada na casa de administração do Parque Histórico do Mate.

Praça ADOLFO VAZ DA SILVA (Antiga Praça Souza Naves)

Localização: Esquina das ruas Rocha Pombo e Romualdo Portugal

Próxima à Maternidade Nossa Senhora do Rocio

Conhecida por: Praça do Diogo

Praça Atílio Barbosa

Localização: Centro

Entre as ruas Dom Pedro II, Barão do Rio Branco, Marechal Deodoro e XV de Novembro

Conhecida por: Praça da Matriz

Praça professora Escolástica Ferreira

Localização: Itaquí

Esquina da Rua Fritz Erwin Schmidt e Avenida Porcelana

Em frente à Porcelana Schmidt

Praça Francisco Kellner

Localização: Núcleo Habitacional Abranches Guimarães Jr. (Populares Velhas)

Praça Friedrich Naumann

Localização: Vila Bancária

Entre as ruas do Centenário, XV de Novembro, Mauro Portugal e João Oliveira Tigrinho

Praça onde está localizada a Vila Olímpica Antonio Lacerda Braga

Praça Getúlio Vargas

Localização: Centro

Entre as ruas Domingos Cordeiro, Gonçalves Dias, Marechal Deodoro e XV de Novembro

Conhecida por: Praça do Forum Velho

Praça Capitão João Antonio da Costa

Localização: Centro

Entre as ruas Engenheiro Tourinho, Mons. Aloisio Domanski, Marechal Deodoro e XV de Novembro

Conhecida por: Praça do Colégio Sagrada Família

Praça José Spack

Localização: Vila Bancária

Entre as ruas Castro Alves, João Oliveira Tigrinho e Retiro São José

Praça das hortências

Localização: Vila Bancária

Esquina das ruas Uniel dos Reis e José Soares Pinto

Em frente ao Mercado Colatusso

Próxima à Escola Diácono Edgar Marochi

3.5 PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO

Na tabela a seguir estão apresentados alguns problemas diagnosticados no município e estão sugeridas ações para a solução.

Problema Diagnosticado	Soluções	Responsabilidades e Parcerias
Falta de proteção dos mananciais superficiais e subterrâneos	Fiscalizar o cumprimento das leis ambientais e aplicar as punições nas Áreas de Preservação Ambiental (APA's) para proteção dos mananciais.	Prefeitura IAP
Ausência de Matas Ciliares ao longo dos cursos d'água	Ampliação dos Viveiros Municipais; Plantio permanente ao longo dos cursos d'água.	Prefeitura IAP ONG
Desmatamento indiscriminado das áreas urbanas e rurais.	Promover campanhas de conscientização junto às comunidades; Efetivar uma fiscalização eficiente por parte do estado; Aplicação de multas e incentivos fiscais; Utilização de técnicas de produção econômica sustentáveis.	IBAMA Prefeitura IAP EMATER Fundação Cretá
Dificuldades de se operacionalizar a fiscalização ambiental (falta de recursos humanos e materiais).	Criação e implantação de uma política de fiscalização ambiental; Fiscalização complementar por parte do IBAMA.	Prefeitura IAP
Falta de cultura de preservação por parte da população.	Desenvolvimento de campanhas de conscientização.	Prefeitura Secretaria Estadual do Meio Ambiente Secretaria Estadual de Educação ONGs Universidades
Pouca consciência ambiental por parte dos pequenos produtores (chacareiros).	Estímulo ao ensino agrícola especial voltado ao pequeno e micro empresário rural; Estímulo a produção orgânica como alternativa.	Prefeitura Governo Estadual EMATER Associações de Pequenos Produtores
Descumprimento da legislação referente à	Desenvolvimento de campanhas de conscientização;	IAP Ministério Público

Problema Diagnosticado	Soluções	Responsabilidades e Parcerias
Falta de fiscalização legal e de monitoramento permanente.	Fiscalização e atuação dos órgãos; Exigência do cumprimento da Lei.	ONGs
Falta de controle das atividades de uso das águas.	Fiscalização; Obrigatoriedade de profissionais qualificados na aprovação dos projetos de irrigação nos órgãos ambientais;	Prefeitura SEMA
Falta de planejamento indiscriminado de usos e atividades	Revisão da legislação estadual existente, adaptando-a a nova política de sustentabilidade agrícola e ambiental;	Governo do Estado Assembleia Legislativa
Falta de fiscalização na extração de areia, argila e cascalho	Investimento de mais recursos na fiscalização estadual; Regulamentação dos critérios de uso e exploração de recursos naturais; Implantação do conselho metropolitano de meio ambiente.	Assembleia Legislativa Universidades ONGs
Acúmulo de esgotos domésticos, industriais e comerciais sem tratamento ("in-vertedo") nos cursos d'água.	Implantação de sistemas de tratamento de esgotos; Fiscalização e atuação; Estabelecimento da meta de se tratar 80% dos esgotos da região metropolitana.	Prefeitura SEMA Universidades Centros de Pesquisa Iniciativa Privada
Falta de uma política para o uso do solo e locação de empreendimentos que provoquem impactos negativos ao meio ambiente.	Elaboração e implementação do zoneamento rural e industrial, de âmbito metropolitano; Implementação do Conselho metropolitano do Meio Ambiente; Compensação financeira aos municípios que optarem pela não implantação de indústrias em detrimento do meio ambiente.	SEMA ONGs Universidades
Falta de um Plano Integrado de drenagem urbana.	Contratação do plano para as áreas efetivamente conurbadas.	Prefeitura SEMA ONGs Universidades Iniciativa Privada Governo Federal
Deficiência na coleta e disposição final do lixo doméstico e hospitalar na área rural.	Gerenciamento conjunto das prefeituras com o apoio técnico do Governo do Estado.	Prefeitura Universidades SEMA Iniciativa Privada

Problema Diagnosticado	Soluções	Responsabilidades e Parcerias
Localização inadequada dos depósitos de lixo.	Formação de consórcios entre os municípios da Região Metropolitana, para resolução do destino final do lixo; Criação de aterros sanitários com separação do lixo; Busca de investimentos para área da indústria do lixo; Implantação de usinas de reciclagem, com localização de acordo com demandas regionais.	Prefeitura Consórcios Intermunicipais Universidades SEMA Iniciativa Privada
Falta de uma política efetiva de controle de erosões e assoreamentos nos cursos d'água.	Criar um programa de monitoramento e controle do uso do solo ao longo dos cursos d'água.	Prefeituras Agência Ambiental SEMARH ONGs Universidades Conselhos Municipais do Meio Ambiente
Falta de uma prática permanente de reposição da vegetação nativa (viveiros de mudas).	Criação de programas de estímulo à produção de mudas e plantio contínuo.	Prefeituras Agência Ambiental SEMARH Ministério do Meio Ambiente IBAMA Iniciativa Privada
Aumento do número de indústrias poluidoras e consumidoras de recursos ambientais.	Elaboração do zoneamento rural e industrial; Criação do Conselho Metropolitano do Meio Ambiente; Compensação financeira para municípios que preservarem áreas naturais; Estudo integrado de atração de indústrias com o planejamento ambiental da região.	Prefeitura ONGs Universidades Iniciativa Privada

14. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

14. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

14.1 PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

Esta seção tem a finalidade de apresentar a Prefeitura Municipal de Campo Largo os resultados obtidos na pesquisa de opinião pública realizada em 2007, com o objetivo de conhecer a opinião dos cidadãos de Campo Largo, promovendo de esta forma a participação cidadã no processo de planejamento municipal.

A pesquisa foi realizada através de entrevistas com os moradores de Campo Largo, com o objetivo de conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade. Com a finalidade de conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade, foram realizadas entrevistas com os moradores de Campo Largo, com o objetivo de conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade. Com a finalidade de conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade, foram realizadas entrevistas com os moradores de Campo Largo, com o objetivo de conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade.

14.1.1. Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade. Com a finalidade de conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade, foram realizadas entrevistas com os moradores de Campo Largo, com o objetivo de conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade. Com a finalidade de conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade, foram realizadas entrevistas com os moradores de Campo Largo, com o objetivo de conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade.

I. Conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade.

II. Conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade.

III. Conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade.

IV. Conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade.

V. Conhecer a opinião dos cidadãos sobre o desenvolvimento da cidade.

14. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

14. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

14.1 PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

Este capítulo tem a finalidade de apresentar à Prefeitura Municipal de Campo Largo os resultados inerentes ao perfil, opinião qualificativa e expectativas da população da cidade de Campo Largo, proveniente de pesquisas de opinião pública realizados durante o ano de 2003.

As pesquisas foram realizadas através de levantamentos de campo, com a finalidade de definir o nível de satisfação dos moradores da cidade. Com o âmbito de descrever o perfil e o nível de satisfação dos entrevistados foram traçadas perguntas relacionadas a eles. Procurou-se, também, verificar quais os aspectos e os locais em que a Prefeitura deveria realizar melhorias de atendimento da população. O estudo foi realizado durante os meses de setembro e outubro de 2003.

14.1.1. Objetivos

O objetivo geral do estudo foi identificar os fatores e os indicadores relevantes para melhorar as condições de vida da população do município de Campo Largo. Foi também possível traçar o perfil da amostra e quantificar as variáveis de interesse do estudo. Os objetivos específicos do estudo estão divididos em níveis de investigação, em função de a estrutura exposta a seguir.

- I. Qual o perfil dessa amostra;
- II. Melhorias solicitadas em cada bairro;
- III. Satisfação com a cidade, com o bairro e com a administração da prefeitura;
- IV. Área prioritária para geração de novos empregos;
- V. Locais preferido para o Lazer.

14.1.2. Metodologia

A técnica de investigação empregada foi a do processo de amostragem estratificada, na forma de entrevista pessoal, por meio da aplicação de questionários estruturados e não-disfarçados, com questões do tipo fechadas.

Para a pesquisa junto à população foram utilizados 300 questionários como amostra, calculados com 95% de intervalo de confiança e 5,6% a margem de erro amostral, utilizando valores de $p = 0,583$ e $q = 0,417$ (p = probabilidade de sucesso e q = probabilidade de fracasso, p e q foram calculados através de pesquisa anteriormente realizada). Responderam aos questionários pessoas de ambos os sexos, mas sem divisão proporcional. Para a tabulação, a análise e a apresentação dos dados foram utilizados os softwares: "R", *Sphinx* e o *Microsoft Office*. E para as análises das proporções observadas nas variáveis se utilizou do teste de *Qui-Quadrado* com o objetivo de avaliar o nível de significância das diferenças entre essas proporções.

14.1.3. Indicadores e Resultados

O Perfil da Amostra:

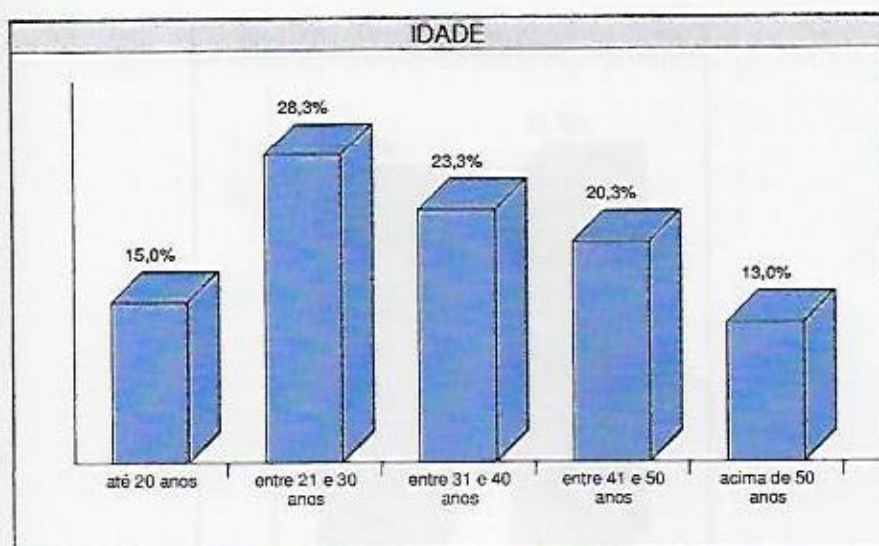
Como primeiro tópico são apresentadas as características dos moradores do município.

Observa-se um público adulto formado na maioria por pessoas de 21 a 30 anos, também se verificou um número pouco significativo de pessoas com idade superior a 50 anos, mostrado pelo teste *Qui-Quadrado*.

Tabela 14.1.3-1 – Distribuição dos entrevistados por faixa etária

IDADE	Qt. cit.	Freq.
Até 20 anos	45	15%
Entre 21 e 30 anos	85	28,3%
Entre 31 e 40 anos	70	23,3%
Entre 41 e 50 anos	61	20,3%
Acima de 50 anos	39	13,0%
TOTAL CIT.	300	100%

Figura 14.1.3-1 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por faixa etária

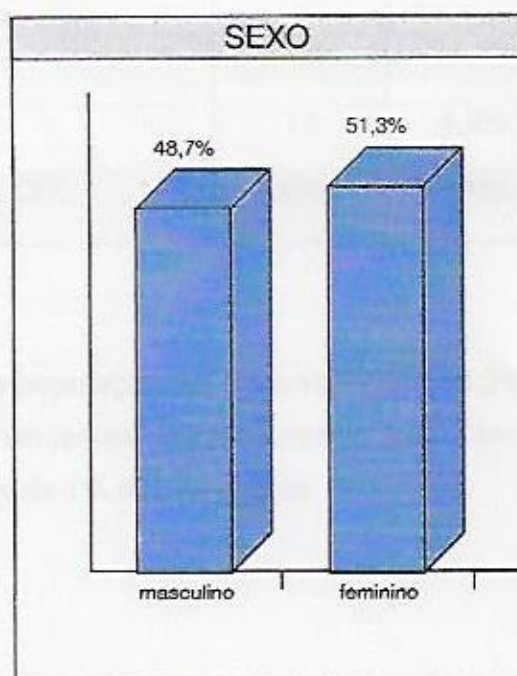


A distribuição dos entrevistados por sexo apresentou um comportamento proporcional, com uma pouca variabilidade entre os sexos.

Tabela 14.1.3-2 – Distribuição dos entrevistados por sexo

SEXO	Qt. cit.	Freq.
Masculino	146	48,7%
Feminino	154	51,3%
TOTAL CIT.	300	100%

Figura 14.1.3-2 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por sexo



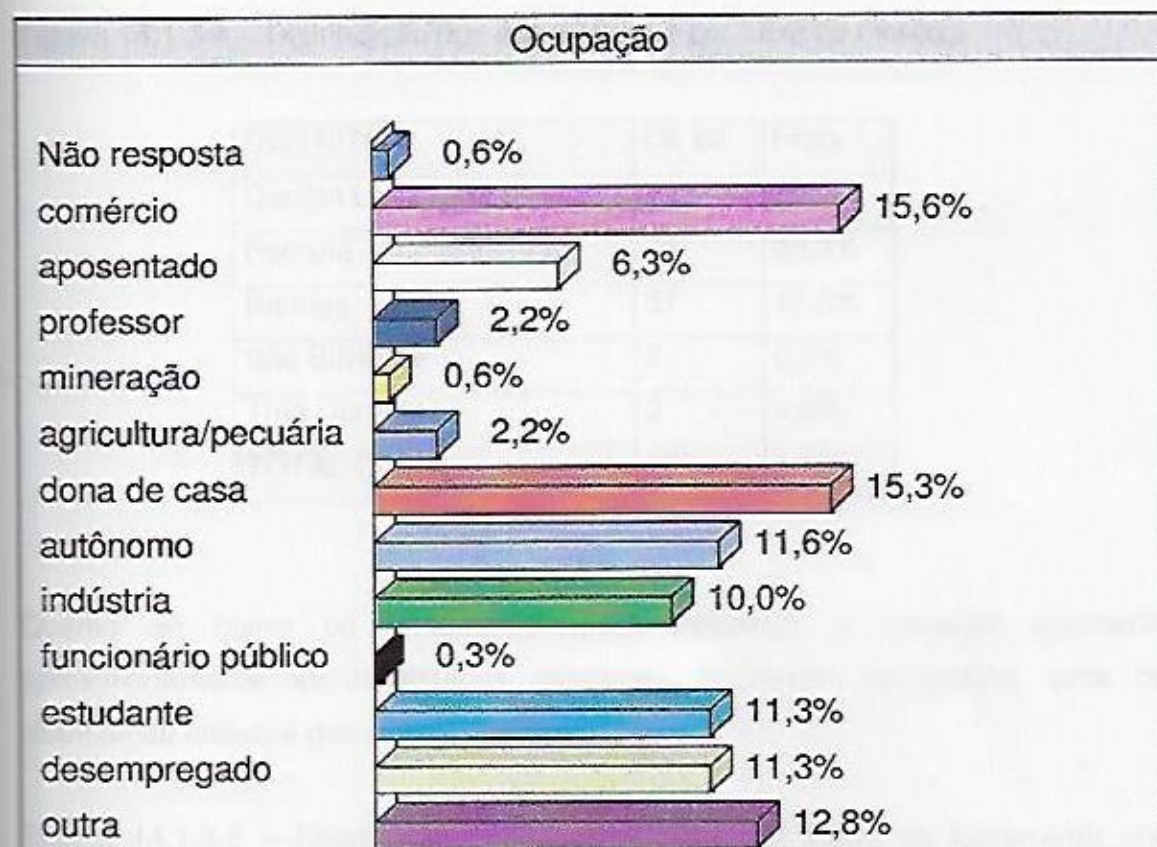
Os dados mostram uma significativa incidência de pessoas que não possuem curso superior. No geral, se observa que apenas 4,3% possuem curso superior completo. Pode-se observar, também, o baixo índice de pessoas analfabetas que tenham sido entrevistadas.

Tabela 14.1.3-3 – Distribuição dos entrevistados por grau de escolarização

ESCOLARIDADE	Qt. cit.	Freq.
Não resposta	1	0,3%
Analfabeto	15	5,0%
Até 4 ^a série	64	21,3%
De 5 ^a a 8 ^a série	103	34,3%
2 ^o grau	104	34,7%
3 ^o grau	13	4,3%
TOTAL CIT.	300	100%

Quanto a ocupação da população, foi observado que 15,3% indicam serem donas de casa e 15,6% comerciantes. Mineradores e funcionários públicos foram pouco citados, ou seja, menos de 1% das respostas.

Figura 14.1.3-3 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por ocupação



Esta distribuição nos indica que os resultados da pesquisa não correspondem a nenhum segmento ocupacional preferencial, ou seja, os resultados são bastante abrangentes e significativos.

Aproximadamente 60,7% dos respondentes moram em Campo Largo (Sede) e 25,3% em Ferraria, restando aproximadamente 14% para outras localidades.

Tabela 14.1.3-4 – Distribuição dos entrevistados por local de moradia

DISTRITO	Qt. cit.	Freq.
Campo Largo (sede)	182	60,7%
Ferraria	76	25,3%
Bateias	37	12,3%
São Silvestre	2	0,7%
Três Corregos	3	1,0%
TOTAL CIT.	300	100%

Quanto ao bairro ou loteamento onde moravam, a resposta apresentou aproximadamente 49 localidades diferentes indicando, igualmente, uma boa distribuição espacial dos entrevistados.

Tabela 14.1.3-5 – Distribuição dos entrevistados por bairro ou loteamento onde reside.

Bairro ou Loteamento		
Bairro	Citações	Frequência
Itaqui	22	10,9%
Campo do Meio	21	10,4%
Bom Jesus	16	7,9%
Centro	16	7,9%
Jardim Social	12	5,9%
Águas Claras	9	4,5%
Bateias	9	4,5%

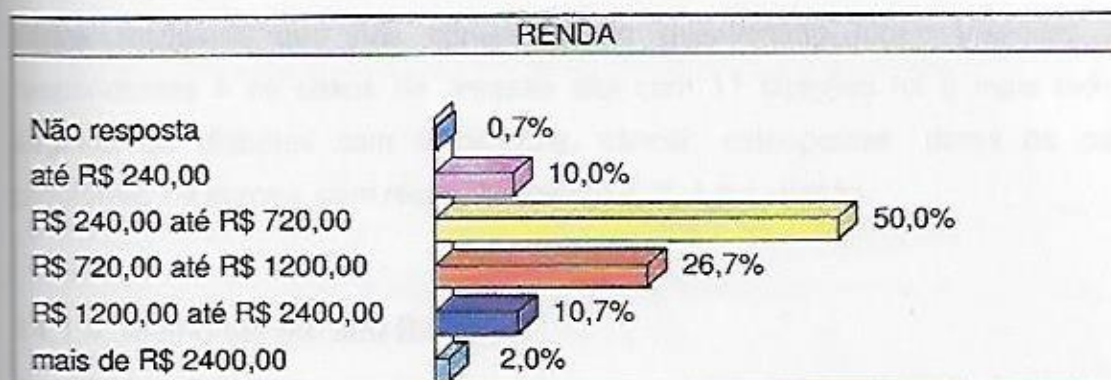
Bairro ou Loteamento		
Bairro	Citações	Frequência
Jardim Bela Vista	9	4,5%
Partênopo	9	4,5%
Rivabem	7	3,5%
Fazendinha	6	3,0%
Ferrari	6	3,0%
Jardim Esmeralda	4	2,0%
São Marcos	4	2,0%
Vila Bancária	4	2,0%
Popular Nova	3	1,5%
Popular Velho	3	1,5%
Aparecida	2	1,0%
Itabôa	2	1,0%
Itambezinha	2	1,0%
Jardim Tropical	2	1,0%
Nova Trento	2	1,0%
Rondinha	2	1,0%
SAAB	2	1,0%
Santa Terezinha	2	1,0%
Vila Elizabeth	2	1,0%
Vila Glória	2	1,0%
Abranches Guimarães	1	0,5%
Bieda	1	0,5%
Campo Comprido	1	0,5%
Cercadinho	1	0,5%
Colônia Balbina	1	0,5%
Dom Pedro	1	0,5%
Dona Fina	1	0,5%
Eral dos Castro	1	0,5%
Estrada da Carne	1	0,5%

Bairro ou Loteamento		
Bairro	Citações	Frequência
Ferraria	1	0,5%
Francisco Gorki	1	0,5%
Guabiroba	1	0,5%
Jardim das Acácias	1	0,5%
Jardim das Américas	1	0,5%
Jardim das Camélias	1	0,5%
Jardim Florestal	1	0,5%
Joaquim Ferreira	1	0,5%
Lambarqui	1	0,5%
Ouro Verde	1	0,5%
Rebouças	1	0,5%
Santa Rosa	1	0,5%
São José	1	0,5%
TOTAL	202	100%

Para a localidade onde a população trabalha, foram obtidos os seguintes resultados: Trabalham em Campo Largo – 48,3% destaca-se significativamente. Curitiba – 9,7%. Não estão trabalhando – 38,3% . Outras localidades - 2,7%

A maioria dos entrevistados (cerca de 60%) ganha até R\$ 720,00, sendo que pouco menos de 1/10 da amostra recebe menos de R\$ 240,00 e apenas 2% acima de R\$ 2400,00.

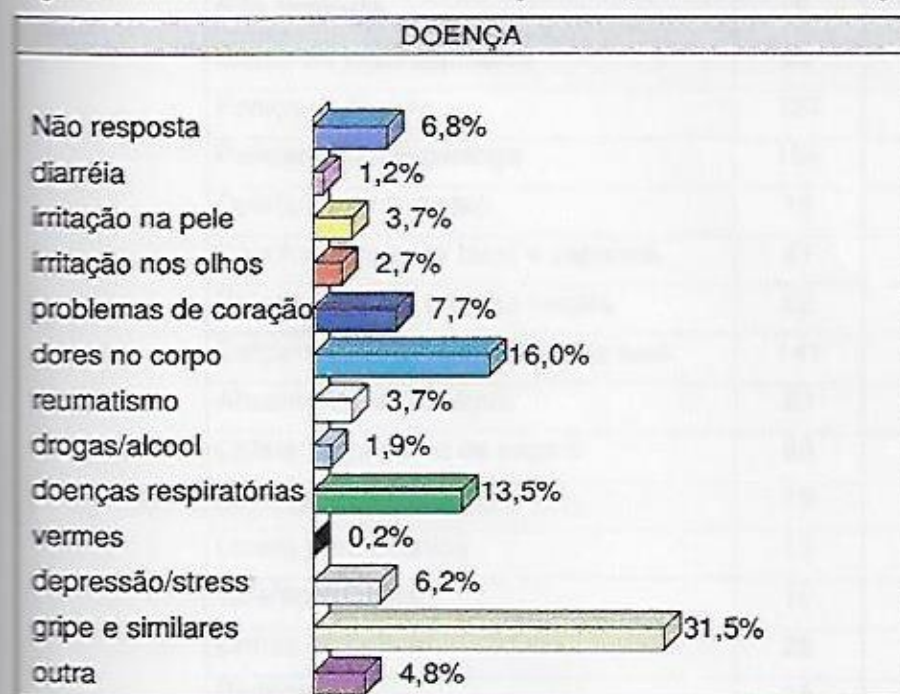
Figura 14.1.3-4 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por faixa salarial



Este resultado pode ser comparado com a renda familiar média apresentada pelo censo IBGE (2,40 Sm – média da população da cidade).

Entre as doenças mais frequentes, dentre 300 citações, a ocorrência de gripes e similares foi citada com maior frequência, cerca de 31,5% das respostas, sendo identificada como significativamente superior às demais.

Figura 14.1.3-5 – Gráfico da distribuição comparativa das doenças mais frequentes



Ainda na pergunta relativa a qual era a doença mais comum entre seus familiares, várias respostas que não constavam do questionário foram inseridas pelos respondentes e os casos de pressão alta com 11 citações foi a mais indicada, seguida de diabetes com 9 citações, câncer, osteoporose, dores de coluna, problemas na córnea, com respectivamente 2, 2, 1 e 1 citação.

14.1.4. Melhorias em seu Bairro

Foi questionado aos moradores o que poderia ser feito para melhorar o distrito onde mora, sendo obtidos os seguintes itens constantes na tabela abaixo.

Tabela 14.1.4-1 – Principais melhorias solicitadas pela população para seu bairro

MELHORIA	Qt. cit.	Freq.
Não resposta	5	1,7%
Casas ou lotes populares	29	9,7
Postos de Saúde	127	42,3
Policiamento/Segurança	158	52,7
Coleta/Destino de lixo	16	5,3
Canchas/Áreas de lazer e esportes	41	13,7
Praças/Parques e áreas verdes	22	7,3
Calçamento/Pavimentação nas ruas	141	47,0
Abastecimento de água	23	7,7
Coleta/Tratamento de esgoto	86	28,7
Iluminação pública	19	6,3
Locais para eventos	13	4,3
Telefone público	10	3,3
Linhas de ônibus	28	9,3
Biblioteca	15	5,0

MELHORIA	Qt. cit.	Freq.
Arborização	6	2,0
Creche	35	11,7
Ensino fundamental 1 ^a a 8 ^a séries	10	3,3
Ensino médio (2 ^a grau)	10	3,3
TOTAL OBS.	300	

Postos de saúde, policiamento, segurança e calçamento/pavimentação das ruas foram os itens com resultados mais significativos.

14.1.5. Satisfação com o Bairro, com a Cidade e com a Prefeitura

Quanto a avaliação em relação ao distrito constatou-se que 57,7% dos entrevistados posicionaram-se de forma favorável e apenas 7,6% posicionam-se de forma contrária.

Tabela 14.1.5-1 – Grau de satisfação com o Distrito onde mora

AVALIAÇÃO.D	Qt. cit.	Freq.
Excelente	14	4,7%
Bom	159	53,0%
Regular	104	34,7%
Ruim	19	6,3%
Péssimo	4	1,3%
TOTAL CIT.	300	100%

Em relação a avaliação com a cidade 68,3% consideram boa .

Tabela 14.1.5-2 – Grau de satisfação com a cidade

AVALIAÇÃO.C	Qt. cit.	Freq.
Excelente	25	8,3%
Bom	205	68,3%
Regular	63	21,0%
Ruim	5	1,7%
Péssimo	2	0,7%
TOTAL CIT.	300	100%

Perguntados se pretendiam continuar morando na cidade a maioria com 93,3% responderam que sim.

Figura 14.1.5-1 – Avaliação quanto ao desejo de prosseguir residindo em Campo Largo

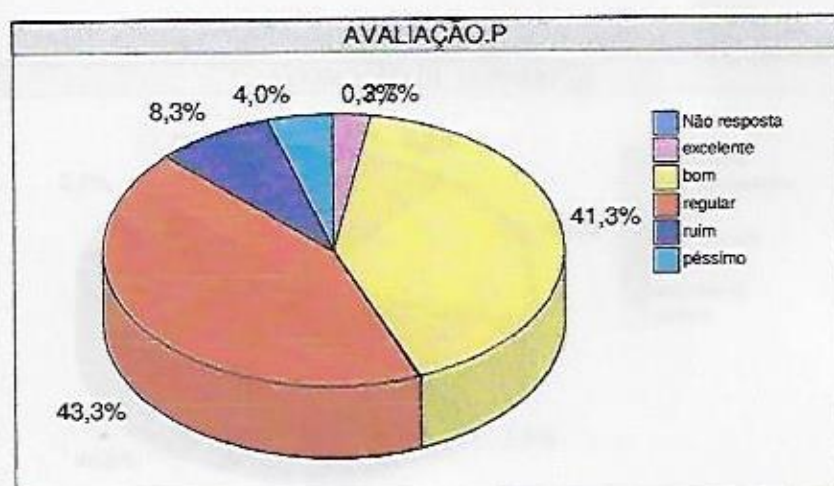


Um dos objetivos da pesquisa era obter o grau de satisfação com a atual administração da prefeitura. A maioria respondeu que achava regular com 43,3% das respostas e 41,3% entendem como boa a atual gestão. Apenas 12,3% é desfavorável a atual gestão da prefeitura.

Tabela 14.1.5-3 – Grau de satisfação com a administração municipal

AVALIAÇÃO	Qt. cit.	Freq.
Não resposta	1	0,3%
Excelente	8	2,7%
Bom	124	41,3%
Regular	130	43,3%
Ruim	25	8,3%
Péssimo	12	4,0%
TOTAL CIT.	300	100%

Figura 14.1.5-2 – Gráfico ilustrativo do grau de satisfação com a administração municipal



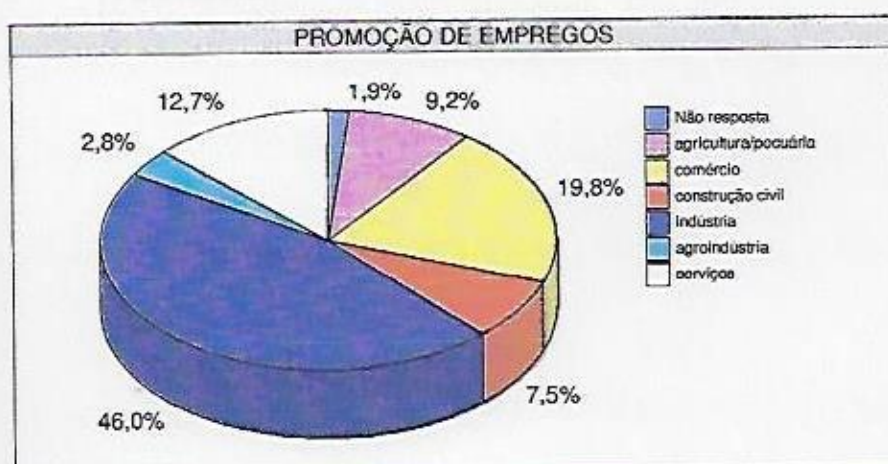
14.1.6. Área para Geração de Novos Empregos

Os habitantes de Campo Largo indicam como interessante investir em indústrias, com 46%, e entendem sem necessidade a prefeitura investir em agroindústria.

Tabela 14.1.6-1 – Áreas prioritárias para geração de empregos

PROMOÇÃO DE EMPREGOS	Qt. cit.	Freq.
Não Resposta	8	1,9%
AgriculturaPecuária	39	9,2%
Comércio	84	19,8%
Construção civil	32	7,5%
Indústria	195	46,0%
Agroindústria	12	2,8%
Serviços	54	12,7%
TOT CIT.	424	100%

Figura 14.1.6-1 – Gráfico ilustrativo das áreas prioritárias para geração de empregos.



14.1.7. Locais de Lazer

Os entrevistados foram perguntados quais os locais de lazer que eles costumam freqüentar, obtendo os seguintes resultados: Muito significativamente 23,3% freqüentam os municípios vizinhos e 23,1% vão a chácaras ou fazendas. Poucas respostas indicando idas a clubes, com apenas 2,7%.

Tabela 14.1.7-1 – Alternativas de lazer citadas

LOCAIS DE LAZER	Qt. cit.	Freq.
Município vizinhos	95	23,3%
Shopping center	33	8,1%
Parques	43	10,6%
Chácara/Fazenda	94	23,1%
Clube	11	2,7%
Bar	39	9,6%
Danceteria	20	4,9%
Outras	72	17,7%
TOTAL CIT.	407	100%

14.1.8. Cruzamento de Dados

Ao se cruzar sexo x locais de lazer, foi observado significativamente que os homens freqüentam bar com 16,4%, pouco significativamente a presença de mulheres nos bares.

Tabela 14.1.8-1 – Alternativas de lazer preferidas divididas por sexo

SEXO	LOCALS DE LAZER		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Município vizinhos	20,3%	26,5%	23,3%
Shopping center	7,2%	9,0%	8,1%
Parques	12,1%	9,0%	10,6%
Chácara/Fazenda	22,7%	23,5%	23,1%
Clube	3,9%	1,5%	2,7%
Bar	16,4%	2,5%	9,6%
Danceteria	4,8%	5,0%	4,9%
Outras	12,6%	23,0%	17,7%
TOTAL	100%	100%	100%

A dependência é muito significativa. $\text{Qui}^2 = 31,97$, $\text{gl} = 7$, $1-p = >99,99\%$.

As células marcadas em azul (rosa) são aquelas para as quais a frequência real é claramente superior (inferior) à frequência teórica.

O Qui^2 é calculado sobre a tabela de citações (frequências marginais iguais à soma das frequências linhas / colunas).

Os valores da tabela são os percentuais em coluna sobre o número de citações.

14.1.9. Conclusões Finais

Através da análise dos dados foi possível traçar o perfil dos habitantes de Campo Largo e também identificar os aspectos a serem melhorados na cidade, sob a ótica de seus moradores.

A maioria das pessoas que responderam a pesquisa possui idade entre 21 até 30 anos, com grau de instrução relativo à 5ª à 8ª série e 2º grau, trabalham no comércio e possuem renda familiar entre R\$ 240,00 e R\$ 720,00.

É expressiva a quantidade de moradores da cidade e imediações que consideram boa a atual administração da prefeitura e estão plenamente satisfeitas com o seu bairro e com sua cidade, mais de 50%. As principais melhorias sugeridas pelos moradores foram a construção de novos postos de saúde, o aumento do policiamento, da segurança e a pavimentação das ruas.

Muitos questionários estavam rasurados com reclamações e sugestões e, em grande parte, apresentavam reclamações relacionadas à poeira das ruas que estava causando doenças respiratórias nos moradores.

Contudo, para aumentar o nível de satisfação dos moradores é necessário a geração de novos empregos na área industrial e a realização de melhorias nos bairros tal como citado anteriormente. A prefeitura deveria incentivar e criar locais de lazer na cidade, pois é grande o número de habitantes que procura outros municípios como lazer, cerca de 31,7%.

14.2 O Conselho de Acompanhamento.

Além da participação da população, sob a forma de pesquisa de opinião, desde o início da elaboração do Plano Diretor, a Prefeitura designou através de Decreto a criação de um **Conselho de Acompanhamento** do Plano composto por representantes de diversas entidades da sociedade civil engajada.

Este conselho acompanha o desenvolvimento de cada etapa do plano, através de assembléias plenárias mensais. Em paralelo ao Conselho, algumas reuniões para discussões técnicas específicas foram realizadas, com representantes do Conselho de Acompanhamento, técnicos da Prefeitura e da FUNPAR. Reuniões desta natureza serão intensificadas na fase de discussão das propostas, do Plano de Ação e das legislações Urbanas do Plano.

14.3 Grupos de Trabalho

Para a elaboração do diagnóstico do município de Campo Largo foram formados grupos de trabalho para a discussão e acompanhamento dos trabalhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Campo Largo, com o propósito de estimular e aprofundar o debate sobre o perfil e as competências do município, tendo como referência os programas, os planos e a legislação vigente no município, no Estado e no País.

Para isto, foram criadas as seguintes grupos de trabalho:

Grupos 01 – Urbanismo

Grupos 02 – Infra-Estrutura

Grupos 03 – Meio Ambiente

Grupos 04 – Legislação

Grupos 05 – Economia

Grupos 06 – Equipamentos Urbanos

Grupos 07 – Agricultura

Foi objetivo, nestas reuniões, avançar na definição de recursos disponíveis que possam apoiar a metodologia e a articulação das atividades do Plano, definindo agendas comuns de avaliação, de acompanhamento e de trabalho.

Nesta etapa, os Grupos de Trabalho atuaram como um foro promotor de ações, como agente facilitador do processo de integração. E, também, promoveram a orientação estratégica, o planejamento, o estabelecimento de metas, orientando a correção de eventuais distorções do levantamento de dados apresentado, bem como apoiar a articulação institucional para a realização dos futuros trabalhos.

Os grupos formados, propuseram-se a promover o intercâmbio de informações e o apoio mútuo entre a sociedade, a prefeitura e a equipe da FUNPAR, promovendo a aplicação adequada dos recursos na geração de estratégias para um desenvolvimento inovador, centrado em uma visão humanística baseada no conhecimento de cada área. Isto permitiu a sociedade de participar eficazmente, promovendo a conectividade e a criação de mais uma fonte de informações no processo de integração do município.

Os Grupos de Trabalho entenderam como necessário e conveniente o desenvolvimento de gestões para a obtenção de um domínio próprio para o município, de alcance regional e com autonomia para administrar.

As áreas temáticas prioritárias foram: a agroindústria, a energia, o meio ambiente e as temáticas sociais (ex: a saúde, os problemas urbanos e regionais).

Nas reuniões realizadas foram definidos prioridades e compromissos e entre eles estão:

A promoção de ações para a conservação dos mananciais;

A utilização racional dos recursos visando eliminar desperdícios;

A promoção de um conjunto de ações a serem desenvolvidas por todos os colaboradores com a finalidade de reduzir, reutilizar e reciclar os recursos disponíveis;

A utilização racional da energia elétrica nos processos operacionais (indústrias);

O atendimento da legislação ambiental;

O atendimento da legislação e normas ambientais aplicáveis, em todas as atividades da Sanepar;

O desenvolvimento de ações educativas visando a disseminação de informações relativas ao meio ambiente, envolvendo os públicos interno – colaboradores e familiares, e externo - professores, alunos e comunidade em geral;

A regularização de ligações de esgoto e ampliação de ligações na rede coletora instalada;

A necessidade de aumento do número de policiais e viaturas, principalmente em locais onde há maior incidência de vandalismos como nos loteamentos sem casas e nos locais de pouca iluminação;

Criação de loteamentos para impedir as invasões irregulares em áreas públicas/áreas particulares;

Necessidade de cuidar dos vazios urbanos e desenvolvê-los;

Desenvolver projetos de financiamento para habitações de interesse social;

- Desenvolver ações que promovam a melhoria da estrutura de saneamento básico;
- Promover uma melhor conservação de estradas rurais;
- Crear escolas de educação infantil, escolas profissionalizantes (já existe um terreno destinado ao SENAI);
- Estimular a criação de um perfil para o município (cerâmico, moveleiro, metalúrgico, erva mate), promovendo eventos, festas, reuniões e encontros;
- Estimular o lazer e o turismos, com ênfase ao ecoturismo.

15. BIBLIOGRAFIA

15. BIBLIOGRAFIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ -
Consolidação dos Leis Urbanas do Município de Campo Largo, 1978 (200)

CONMET - Companhia de Regulação Municipal de Campo - Resolução de
Zonamento Ecológico-Estético da Área de Proteção Ambiental (APA) do
Parque Chaves, 2001a.

CONMET, Projeto e Consultoria Ltda. Manejo Ambiental Ecológico-Estético
de APA ambiental do Rio Verde do Rio Chaves, 2001b.

CONMET, Projeto e Consultoria Ltda. Plano de Zonamento Ecológico-Estético
e Plano de Manejo Ambiental do Rio Chaves na Região Metropolitana de Curitiba,
2001c.

ECF Consultoria, Engenharia e Planejamento, Estudo de Impacto Ambiental do
Chaves do Brasil, Campo Largo, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Atlas do Brasil, 2000,
manifestação da geografia brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cidades do Brasil, 2000,
Rio de Janeiro, 2000.

IPARDEM - Instituto Paranaense de Desenvolvimento, Estatísticas e Números, 2000,
Secretaria do Estado do Paraná, Departamento de Estatística, Curitiba, 2000.
Curitiba, 2000.

15. BIBLIOGRAFIA

MAAGUI, P. Geografia física do Estado do Paraná. Curitiba, 1998.

BIBLIOGRAFIA

- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ -
Consolidação das Leis Urbanas do Município de Campo Largo, 1978 133p.
- COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. **Atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental (APA) do Passaúna**. Curitiba : 2001a.
- CONSILIU Projetos e Consultoria Ltda. **Macrozoneamento Ecológico-Econômico da APA Estadual do Rio Verde**, Curitiba, Outubro de 2002.
- CONSILIU Projetos e Consultoria Ltda. **Plano de uso e ocupação da água e entorno do Reservatório do Rio Passaúna na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba : 2001c.
- BDP Engenharia, Consultoria e Planejamento. **Estudo de Impacto Ambiental da Chrysler do Brasil**. Campo Largo : 1997.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico de classificação da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro : 1992.
- IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro : 2001.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social / BDE – Base de Dados do Estado. **Cadernos estatísticos municipais** : Campo Largo. Curitiba : 2002b.
- MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba : M. Roesner, 1968.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2.ed. Rio de Janeiro : J. Olympio; Curitiba : Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná. 1981.

MINEROPAR – Minerais do Paraná. **Projeto Geotecnia na Região Metropolitana de Curitiba** : mapeamento geológico – geotécnico das folhas COMEC A060,A098, A099, A101,A133 e A134. Curitiba : 1999. (Escala 1:20.000)

PAULICS, Veronita, Org. **125 Dicas – Idéias para a ação municipal**. São Paulo, Polis, 2000. 288p.

PARANÁ Decreto Estadual N°2.375, de 28 de julho de 2000. Institui a Área de Proteção Ambiental do Rio Verde, denominada APA do Rio Verde, localizada nos municípios de Araucária e Campo Largo, Estado do Paraná, com o objetivo de proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 5. v 795, p. 05, 31 jul. 2000.

PARANÁ. SEMA – Secretaria do Estado do Meio Ambiente. **Coletânea de legislação ambiental federal e estadual**. Curitiba : Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1990.

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná. Relatório parcial da atualização do zoneamento ecológico-econômico da Área de Proteção Ambiental (APA) do Passaúna. Curitiba : SOGREAH/COBRAPE, 2000. (Relatório para o PROSAM – Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba)

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Paraná. **Zoneamento ecológico-econômico da Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual do Passaúna**. Curitiba : 1995.

SIKORA, Mafalda Aies. **Os poloneses, sua história, sua cultura**. Colônia Dom Pedro II. 3v.Campo Largo: Gráfica Pema, 2002.

ROCHA FILHO, C.F.M de. **Conceito e fundamento jurídico das Áreas de Proteção Ambiental (APAs).** In : Seminário de discussão sobre as Áreas de Proteção Ambiental estaduais. Curitiba : IAP / GTZ. 1997. p.1-7.

SECRETARIA. **Plano Diretor da Bacia do Rio Passaúna: Caracterização da Bacia - Dados Preliminares.** 1986.